

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA  
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANDRÉ HARADA DA SILVA**

**AS EXTERNALIDADES POSITIVAS GERADAS PELA EXPANSÃO  
DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA NO  
PERÍODO DE 2000 A 2007**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA  
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANDRÉ HARADA DA SILVA

**AS EXTERNALIDADES POSITIVAS GERADAS PELA EXPANSÃO  
DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA NO  
PERÍODO DE 2000 A 2007**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II do curso de Economia.  
Orientador: Prof. Ms. Roberto Paulo Machado Lopes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2008

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir que eu viva este momento com inúmeras pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho. Entretanto, algumas pessoas precisam ser citadas: meu pai (*in memoriam*) pelo apoio constante para a minha formação educacional e moral; minha mãe pela sua força; o meu irmão, por me ensinar a viver mais levemente a vida; o professor Roberto Paulo, pela colaboração na trajetória deste trabalho; a professora Delza (madrinha intelectual da mesma), a minha esposa Mara, pela compreensão, cumplicidade e, acima de tudo, pelo amor que nos une; o meu amigo irmão João Marcelo, que vivenciou momentos de alegria e tristeza e ainda contribuiu de forma significativa no meu acervo de livros; a minha amiga Danielle, pela amizade, força e estímulo, e Sérgio pelo eterno companheirismo.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

ANDRÉ HARADA DA SILVA

AS EXTERNALIDADES POSITIVAS GERADAS PELA EXPANSÃO DO ENSINO  
SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA NO PERÍODO DE 2000 A 2007

Aprovado em 27/03/2008

Banca Examinadora

---

Prof. Mcs. Roberto Paulo Machado Lopes

Orientador

---

Prof. Mcs. Ronan Soares

Examinador

---

Prof. Mcs. Gildásio S. Júnior

Examinador

## Resumo

A era do conhecimento destaca a avaliação do poder lucrativo e de continuidade da empresa sob a ótica do capital humano que

já era de interesse dos estudiosos no passado, passou a ganhar uma atenção especial em nossos dias.

Com o intuito de estudar as influências do ensino superior no desenvolvimento regional e seus impactos na economia conquistense, passaremos a fazer um breve relato sobre as contribuições advindas do ensino de 3º grau para o desenvolvimento da sociedade de Vitória da Conquista bem como em sua economia regional.

Como se sabe, a educação superior é um bem público e representa um serviço completamente diferente de praticamente todos os outros, pois tem como foco peculiar melhorar e desenvolver o conjunto da sociedade. Educar e formar graduados altamente qualificados, capazes de responder as necessidades de todos os aspectos da atividade humana, promover, gerar e difundir conhecimentos através da pesquisa, contribuir com o desenvolvimento e melhoria na educação em todos os níveis, este é o ensejo de todo curso consciente de seu papel na sociedade a qual está inserido.

Faz-se necessário, maiores investimentos por parte do governo, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, além do auxílio às universidades privadas, pois só assim será possível alavancar o desenvolvimento regional e conseqüentemente o econômico.

A proposição desse projeto é estabelecer uma aproximação entre o capital humano disponível com o ciclo de desenvolvimento local e as externalidades positivas geradas neste processo. Nessa lógica, busca-se focar essas tendências, em de Vitória da Conquista, que vem se consolidando como importante pólo educacional regional, com perspectivas de crescimento a médio e longo prazo.

Alguns indicativos elucidam essa relação, contudo, cabe investigar até que ponto essa relação é válida na prática ou se as recomendações ficam circunscritas ao plano teórico. Neste trabalho estão contidas as principais teorias que elucidam essas questões.

Palavras Chave – Desenvolvimento Regional, Educação, Externalidades Positivas e Capital Humano

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia  
APCA – Associação de Produtores da Cachaça de Abaíra  
APLs – Arranjos Produtivos Locais  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CEFET – Centro Federal de Tecnologia  
COOPERLEITE – Cooperativa dos Produtores de Leite  
COOPMAC – Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Ltda.  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FAINOR – Faculdade Independente do Nordeste  
FIES – Financiamento Estudantil  
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica  
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
GTP – Grupo de Trabalho Permanente  
IBAMETRO – Instituto Baiano de Metrologia  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico  
IDS – Índice de Desenvolvimento Socialismo  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JTS – Juvêncio Terra Superior  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEC – Ministério da Educação  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
PEI – Programa de Enriquecimento Instrumental

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SICM - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração

SIMTRANS - Sistema Municipal de Transporte e Trânsito de Vitória da Conquista

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

VCL - Viação Conquistense Ltda

## ***LISTA DE TABELAS***

**Tabela 1:** Estabelecimentos da cidade de Vit. da Conquista **por setores**

**Tabela 2:** Produto Interno Bruto de Vit. da Conquista

**Tabela 03:** Simulação de rendimento escolar no Ensino Médio

**Tabela 04:** Variação do PIB nos 10 maiores municípios baianos

**Tabela 05:** Quadro do crescimento do transporte urbano em Vitória da Conquista

**Tabela 06:** Linhas de transporte urbano em Vitória da Conquista

**Tabela 07:** Dados das escolas privadas de Vitória da Conquista

**Tabela 08:** Dados das Escolas Estaduais - Evolução nas Matrículas de 2000 a 2006

**Tabela 09:** Arrecadação do IPTU e do ISS entre 2001 e 2007

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>10</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>13</b>
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>14</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>14</b>
<b>3.1 ORIGEM E RELEVÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>14</b>
<b>3.2 CRISE DO MODELO TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>15</b>
<b>3.3 NOVOS E VELHOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>20</b>
<b>3.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>28</b>
<b>4. O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA</b>	<b>28</b>
<b>4.1 ASPECTOS GERAIS</b>	<b>28</b>
<b>4.2 CICLOS ECONÔMICOS</b>	<b>29</b>
<b>4.3 SURGIMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>32</b>
<b>4.4 IMPACTOS DO ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E NA ECONOMIA</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>35</b>
<b>5- EDUCAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO VETOR DE CRESCIMENTO</b>	<b>35</b>
<b>5.2 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL</b>	<b>37</b>
<b>5.3 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE BASE</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>47</b>
<b>6. EXTERNALIDADES POSITIVAS GERADAS PELA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b>	<b>47</b>
<b>6.1 CONCEITO DE EXTERNALIDADES</b>	<b>47</b>
<b>6.2 ORIGEM E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA</b>	<b>48</b>
<b>6.2.1 - IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO PÓLO EDUCACIONAL NA ECONOMIA CONQUISTENSE (EXTERNALIDADES POSITIVAS).</b>	<b>51</b>
<b>6.2.7 MERCADO IMOBILIÁRIO</b>	<b>59</b>
<b>6.2.8 EVOLUÇÃO DOS TRIBUTOS DA PREFEITURA NO PERÍODO DE 2001 A 2006</b>	<b>63</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>67</b>

## CAPÍTULO 1

### 1. INTRODUÇÃO

Promover, gerar e difundir conhecimentos através de pesquisa, contribuir com o desenvolvimento e melhoria na educação, em todos os níveis: esse é o ensejo de todo curso superior consciente de seu papel na sociedade na qual está inserido.

Como se sabe, a educação superior é um bem público e representa um serviço diferenciado de todos os outros, pois tem como prioridade melhorar e desenvolver o conjunto da sociedade, educando e formando profissionais altamente qualificados, capazes de responder às necessidades da atividade humana em todos os seus aspectos.

Apesar do seu alto valor social, este ainda é um setor carente de maiores investimentos por parte do governo, tanto na esfera Federal quanto na Estadual. Também o auxílio do setor privado é fundamental nesse sentido, pois só assim torna-se possível alavancar o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, econômico.

Em Vitória da Conquista, os investimentos da administração pública nas universidades, com a implantação da unidade Anísio Teixeira da UFBA (Universidade Federal da Bahia), bem como o curso de Engenharia Elétrica pelo CEFET (Centro Federal de Tecnologia) e a ampliação de cursos na UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), juntamente com as instalações das faculdades privadas (Juvêncio Terra, Fainor - Faculdades Independentes do Nordeste - e FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências), funcionam como propulsores do desenvolvimento regional sustentado. Eles agregam valor à economia regional, local e de capital humano disponível com o ciclo de desenvolvimento local e as externalidades positivas geradas neste processo: valorização do mercado imobiliário, impulso de novos investimentos, como também o aumento da demanda por setores de prestação de serviços.

Observando a crescente ampliação de cursos superiores em Vitória da Conquista, levantou-se a hipótese de que este fato influencia o desenvolvimento

regional, impactando positivamente a economia local. Assim, a proposta deste trabalho monográfico é estabelecer uma correlação entre o capital humano e o ciclo de desenvolvimento local, analisando as externalidades positivas geradas pela expansão do ensino superior em Vitória da Conquista.

Alguns indicativos elucidam essa relação: o aumento de alvarás na Prefeitura Municipal, desde o início da expansão dos cursos, com o aquecimento de toda a construção civil, bem como o número crescente de empreendimentos, principalmente no setor de serviços e eventos de entretenimento, e também de cunho universitário; contudo, cabe investigar até que ponto essa relação é válida na prática ou se fica circunscrita ao plano teórico. Neste trabalho, estão contidas as principais teorias que elucidam essas questões.

Para direcionar a proposta de trabalho, adotou-se como objetivo geral analisar a importância da expansão do ensino superior na consolidação do ciclo de desenvolvimento regional de Vitória da Conquista, entre os anos de 2000 e 2007. O recorte temporal relaciona-se ao que se considera como início da implantação do sistema educacional vigente até o presente, sobretudo como parte integrante e indispensável na concepção de políticas públicas eficientes, capazes de neutralizar os distúrbios sócio-econômicos inerentes à dinâmica capitalista.

Cabe também sublinhar o papel do Ensino Superior no contexto dos novos paradigmas de desenvolvimento, aplicando esses pressupostos à realidade de Vitória da Conquista, BA; avaliar a trajetória dos indicadores sócio-econômicos locais, destacando as variações ocorridas no período; fazer um levantamento do desempenho quantitativo e qualitativo de setores selecionados da economia local no curso desse processo, buscando dados, junto aos órgãos competentes, acerca do crescimento e das perspectivas da oferta e demanda do ensino superior local e, por fim, demonstrar os benefícios futuros provenientes da política educacional, destacando a potencialidade do capital humano na formação de poupança local.

Este trabalho está dividido em seis capítulos: o primeiro - introdução, apresenta o tema a ser explorado, contextualizando brevemente a cidade de Vitória da Conquista, campo da pesquisa, levantando a hipótese de que seu

desenvolvimento econômico, atualmente, pode estar relacionado com a ampliação de cursos de nível superior, tanto da rede pública quanto privada dessa modalidade de ensino. O capítulo 2 - Metodologia - explicita os procedimentos adotados para o levantamento de informações para suporte da pesquisa. O capítulo 3 - a fundamentação teórica - discute as teorias de desenvolvimento regional, contrapondo as teorias endógena e exógena. O quarto capítulo é composto pela caracterização sócio-econômica da cidade campo da pesquisa, abordando brevemente os ciclos econômicos pelos quais a cidade passou, até os dias atuais. No capítulo 5, faz-se um levantamento do histórico da educação de nível superior, abordando também os teóricos que a vêem como vetor de desenvolvimento econômico e social. O capítulo 6 aborda o conceito de externalidades, estendendo-o à realidade de Vitória da Conquista, bem como fazendo um levantamento das possíveis externalidades positivas proporcionadas pela expansão do ensino superior na cidade. Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho e as referências utilizadas para a concepção do mesmo.

## CAPÍTULO 2

### 2. METODOLOGIA

A sistematização do conteúdo deste trabalho será baseada no método dedutivo. Em primeiro lugar, serão dispostas as concepções teóricas que darão suporte às questões levantadas. Em seguida, será feita uma pesquisa exploratória no campo da teoria regional e urbana, abordando a importância da educação e a evolução da mesma no Brasil, trazendo para o centro da discussão os argumentos mais veementes acerca da relação entre capital humano e desenvolvimento. Nesse universo, serão apresentados os pontos de vista de economistas clássicos (Smith e Ricardo), bem como o posicionamento de Keynes quanto à discussão dos limites de intervenção estatal em setores selecionados da economia, buscando argumentos sobre a importância dos investimentos em capital humano.

Analogamente, será feita uma revisão no campo de teorias mais modernas, que também destacam a relação entre capital humano e desenvolvimento. Na segunda etapa da pesquisa, buscar-se-á concatenar informações sobre a potencialidade do setor educacional como motor do desenvolvimento; assim sendo, serão explorados textos especializados nessa discussão, disponíveis na Internet ou no acervo bibliográfico da UESB.

Em uma nova etapa, com vistas a atingir os objetivos listados, será feito um levantamento de dados gerais e locais junto aos órgãos competentes (IPEA, IBGE, SEBRAE, Sindicato da indústria e comércio, imobiliárias, Universidade, Faculdades e outros similares). A análise qualitativa será feita com base nos fundamentos referendados e, sempre que possível, os resultados serão demonstrados graficamente. Não se objetiva situar a pesquisa no campo da economia normativa, ou seja, propor políticas inéditas; o que se pretende, na verdade, é sistematizar as teorias e aplicá-las ao contexto de Vitória da Conquista.

## CAPÍTULO 3

### 3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

#### 3.1 ORIGEM E RELEVÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A questão regional tem sido objeto de destaque dentro do arcabouço teórico de diversas linhas de estudo. Tal relevância se deu principalmente no pós-guerra, com o esfacelamento da Europa. De fato, nesse período, conforme Lopes (*apud* BOISIER, 2003), a questão espacial tornou-se fundamental na promoção do desenvolvimento, cujo objetivo principal era reparar os danos causados pela guerra e minimizar as diferenças regionais.

Em sua obra, Marshall(2000)destaca que o surgimento de aglomerações setoriais na Europa, relacionadas a condições físicas (tais como a natureza do clima e do solo e o fácil acesso por terra ou mar), bem como a grande oferta de postos de trabalho facilitariam a atração de mão-de-obra qualificada para uma dada região. Afirma também que o desenvolvimento regional é fruto da interação entre o povo e suas instituições políticas e sociais; essa interação possibilita maior velocidade nas informações, aumentando a capacidade inovadora das empresas.

O tema do desenvolvimento territorial vem, assim, despertando interesses cada vez maiores dos cientistas sociais, segundo a SEI (*apud* Cruz, 2006). No Brasil, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) criou, em 1994, uma divisão de desenvolvimento territorial, cuja idéia central era mostrar que o território, mais do que uma simples base física para a relação entre indivíduos e empresas, possui um tecido social composto por uma organização complexa, feita por laços que vão além do ambiente físico, dos custos de produção, transportes e comunicações existentes.

De acordo com Amaral Filho (1995), o desenvolvimento regional proporciona uma ampliação da capacidade de absorção e retenção de renda até mesmo do excedente econômico gerado localmente. Todo este cenário resulta num número

maior de empregos, de produtos e da renda do local ou região.

Podemos destacar também que as teorias do desenvolvimento regional sofreram grandes transformações nas últimas décadas, ocasionadas pelo declínio de muitas regiões industrializadas e pelo surgimento de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento locais, conforme afirma Amaral Filho (1989, p. 156):

Esse fenômeno está associado, de um lado, às mudanças radicais nas formas e nos modos de produção e organização industriais e, de outro lado, à globalização e à abertura das economias nacionais. Quanto ao primeiro fenômeno, devem-se considerar os aspectos da flexibilização e da descentralização dentro e fora das organizações; quanto ao segundo fenômeno, ele tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e preços relativos das empresas, as quais têm cada vez mais levado em conta fatores locais em suas estratégias de competitividade.

Na realidade, as regiões do interior das nações caminham para a endogeneização, abandonando o papel passivo para atuar ativamente nas decisões, independentemente dos projetos centralizados ou das forças puras de mercado.

O interessante a notar é que há um certo consenso em reconhecer que, desde alguns anos, estaria havendo uma abertura de janelas de oportunidades para que regiões e locais, fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 1989, p. 216).

### **3.2 CRISE DO MODELO TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Conforme Lopes (2003), a indústria de hoje abastece-se globalmente e se integra ao mundo globalizado cada vez mais; não cria raízes em economias locais ou regionais, tornando-se volátil ou nômade. Tais organizações receberam, inclusive, uma denominação distinta de “indústrias circo”, ressaltando sua crescente mobilidade e sua decorrente falta de compromisso com qualquer base territorial. Nota-se, então, que a teoria da base econômica, segundo a qual a indústria é o motor do crescimento de uma região, está envelhecida, pois não contempla o surgimento de novas necessidades sociais como entretenimento, segurança entre outros.

Segundo Amaral Filho (1995), com a crescente crise fiscal-financeira dos estados, houve um redirecionamento das diretrizes do desenvolvimento regional; por essa razão, os modelos tradicionais foram questionados por sua dependência dos fatores exógenos e por não considerarem as possibilidades de um desenvolvimento auto-sustentado e endógeno. As teorias neoclássicas tradicionais consideravam exógenos os fatores inerentes ao crescimento econômico de longo prazo – progresso tecnológico e acumulação de capital humano; a taxa de crescimento dessas variáveis era extrapolada de acordo com o comportamento verificado em sua trajetória. Isso descartava a influência de políticas econômicas no curso do crescimento econômico de longo prazo.

Já a teoria do crescimento endógeno, mesmo em suas versões mais elementares, como a internalização das decisões, indica que as ações dos governos implicam em efeitos positivos ou negativos sobre a taxa de crescimento de longo prazo, na medida em que incentivam os agentes a investirem ou a reduzirem seu retorno, inviabilizando a ampliação dos investimentos.

Dentro desse quadro teórico, o governo, tanto no âmbito estadual quanto no federal, desempenha papéis relevantes no processo de desenvolvimento regional de longo prazo. No caso específico da educação, em especial a superior, não é necessária a aplicação de métodos quantitativos sofisticados para verificar a co-relação entre esta variável e o desenvolvimento econômico, pois até mesmo as concepções clássicas a admitiam e elucidavam.

Os clássicos admitiam que a intervenção do Estado seria necessária em setores ligados ao desenvolvimento do sistema. Rossetti (1987) enumera, assim, algumas atribuições estatais: a administração da justiça; a defesa contra agressões externas; a manutenção de planos de assistência social; a humanização das ações de trabalho e capital; o desenvolvimento da ciência, abrangendo apenas as explorações geográficas e científicas; a realização de serviços públicos não enquadrados na esfera de interesse da iniciativa privada e, por fim, a manutenção de planos educacionais.

Em relação à teoria do crescimento endógeno, Clemente e Higachi (2000) afirmam que os modelos neoclássicos tradicionais falharam em observações

empíricas em três aspectos:

1. A produtividade do trabalho e a renda *per capita* têm aumentado substancialmente desde a Revolução Industrial, contrariando os postulados que afirmavam que haveria uma fissura do crescimento econômico em longo prazo;

2. Divergência entre taxas de crescimento e níveis de renda *per capita* entre países e regiões desde a Revolução, que também aumentaram, contrariando previsões segundo as quais haveria uma convergência entre nações pobres e ricas, isto é, o país com maior aparato, tanto tecnológico como de poupança, apresentaria taxas de acumulação menores, enquanto os países de menor nível de capital e produto apresentariam taxas de crescimento maiores.

3. O padrão observado de mobilidade de fatores de produção, como da remuneração do capital e do trabalho, contradiz as predições dos modelos tradicionais; de fato, o que se nota é a migração de capital e o trabalho de países e regiões pobres em direção a países ricos, em busca de empregos e de maior remuneração.

Conclui-se, conforme Lopes (2003), que a teoria do crescimento endógeno (liderada por Paul Roemer) surge da insatisfação de todas as explicações da teoria do crescimento exógeno, que se dá a longo prazo. Trata-se uma verdadeira ruptura com a teoria tradicional, pois fatores como desemprego estrutural, mudanças no cenário internacional e falência do paradigma “centro-abaxo” fizeram com que cada localidade se preocupasse com seus próprios problemas, sem contar com a ajuda das esferas superiores.

Até a década de 70, o desenvolvimento regional focava o paradigma “de cima para baixo”, ou seja, o poder público tinha feições centralizadoras do ponto de vista da tomada de decisões (LOPES, 2003). Mas na década de 80, ainda conforme Lopes (2003), ocorre o esgotamento desse paradigma, causado por três fatos: a crise do modelo fordista, estendida aos modelos tradicionalmente industriais; a instauração, na América Latina, de políticas autoritárias, cujo planos econômicos neoliberais ignoravam o papel do Estado no desenvolvimento regional; por fim, a crise fiscal do Estado. A partir desses fatos, ficou evidente a vulnerabilidade dos

modelos exógenos, que dependiam de decisões quase que exclusivamente de “cima”.

Ainda segundo Lopes (2003), os governos, tanto da esfera nacional quanto regional, desempenham um papel relevante no processo de desenvolvimento regional de longo prazo. O governo local é o protagonista, o agente fomentador ou impulsionador do processo de desenvolvimento econômico da região, pois está familiarizado com os problemas que a afligem. Cabe a ele planejar, de forma mais eficiente, as diretrizes da política econômica para atrair investimentos, além de gerar rendas. Para Amaral Filho (1995, p. 166),

Há um amplo consenso de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida que elas estão melhor situadas em termos de proximidade com relação aos utilizadores finais dos bens e serviços.

Amaral Filho discorre sobre a teoria da descentralização das ações públicas, pautada sobre três pilares: o primeiro, proximidade da informação, possibilita ao governo local atender melhor às necessidades locais; o segundo ponto refere-se ao modo como a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público e o último diz respeito ao tamanho, isto é, quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e eficiência.

Assim, a principal missão do Estado dentro desse novo cenário, de acordo Amaral Filho (1995), é a geração de poupança pública local e a recuperação da capacidade de investimento. Seu primordial objetivo é o de melhorar a infraestrutura, criando um efeito multiplicador sobre a renda local; por isso, parceiros como o BNDS e o Banco Mundial são fundamentais.

Vale ressaltar que a capacidade de atrair investimentos possibilita a criação de aglomerações de atividades afins e externalidades para o capital privado, sendo que este objetivo só é alcançado por meio de políticas públicas – estratégias globais de desenvolvimento de uma região (AMARAL FILHO, 1995).

Afirma Lopes (2003) que todo ambiente criado pelos governos locais propicia um processo sinérgico entre os recursos e empresas locais e novos

empreendedores, com peculiaridades da comunidade, até que toda a estrutura das empresas estejam interconectadas, com certa autonomia, mas com estratégias específicas do espaço considerado.

Com o modelo de crescimento endógeno, o motor do desenvolvimento é o governo local, o paradigma é de “baixo para cima”, ou seja, as estratégias do Estado devem originar-se das potencialidades do local. Na realidade, faz-se necessária uma parceria harmoniosa entre o poder público local e o central.

Cruz (2006, p. 33) afirma que diversos autores, de variadas correntes teóricas, possuem ao menos um ponto de concordância: a importância das externalidades positivas para os produtores geograficamente concentrados.

Ainda que sob diferentes perspectivas, justificam a importância das externalidades locais para a geração de vantagens concorrenciais para o conjunto de seus produtores, que teriam requisitos essenciais para um desempenho competitivo superior àqueles territorialmente dispersos, já que tais vantagens são específicas ao ambiente local.

Como já foi dito anteriormente, no caso específico da educação, em especial a superior, não é necessária a aplicação de métodos quantitativos sofisticados para verificar a correlação entre esta variável e o desenvolvimento econômico. Dentre as transformações nas teorias de desenvolvimento regional, a educação tornou-se um dos principais paradigmas de desenvolvimento estabelecidos.

De acordo com o editorial do jornal Folha de São Paulo (25 de agosto de 2003), com o advento da quarta globalização (era do conhecimento), a educação é tida como o maior recurso de que se dispõe para enfrentar essa nova formação mundial. Dela depende a continuidade do atual processo de desenvolvimento econômico e social, também conhecido como era pós-industrial, em que se nota claramente um declínio do emprego industrial e a multiplicação das ocupações em serviços diferenciados (turismo, lazer, informação, educação e saúde).

### 3.3 NOVOS E VELHOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PERROUX (*apud* LOPES, 2003) estabeleceu o seu arcabouço teórico do crescimento econômico em pólos (caracterizado como uma estratégia de desenvolvimento exógeno). Conceituando o espaço econômico como abstrato, no qual ocorre uma relação entre seres humanos e os espaços geográficos, o autor conclui que os primeiros buscam a sobrevivência desde a origem das suas atividades, e que essa busca atualmente é estendida para relações no campo econômico (produção, consumo, investimentos entre outros).

Perroux divide em três formas o espaço abstrato (espaço de planejamento, espaço polarizado ou espaço homogêneo): o primeiro remete-se ao ato de planejar na sua magnitude, pois inclui o estudo e a previsão, que são bases para a tomada de decisões; com isso, delimita-se o espaço de planejamento, que pode ser uma empresa ou órgão público influenciando o território no qual atua. O espaço econômico como campo de força (polarizado) corresponde a forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), tendo como exemplos típicos de regiões polarizadas as áreas metropolitanas, onde ocorrem forças de atração sobre o mercado de trabalho e forças de repulsão em caso de concorrentes em potencial; como último ponto, tem-se o conjunto homogêneo, composto por variáveis, como renda, preço, produção, que apresentam resultados uniformes.

A noção de pólo está intimamente ligada à dependência. A cidade tida como pólo concentra uma determinada atividade econômica, funcionando como um centro fomentador, já que diversos municípios “satélites” gravitam em torno dela, constituindo um campo de força, um espaço polarizado, onde ocorrem relações funcionais entre os envolvidos. O sistema polarizado é heterogêneo, ou seja, as cidades que o compõem crescem em intensidades diferentes no espaço econômico abstrato; posteriormente, entretanto, ocorre um processo de difusão ao resto desta economia, por decorrência dos efeitos multiplicadores das regiões mais privilegiadas.

Dentro deste estudo teórico, é imprescindível analisar o termo *Cluster* que, etimologicamente, tem origem na computação e faz referência a um conjunto formado de computadores com um tipo especial de sistema operacional, classificado

como sistema distribuído. Ele é construído, muitas vezes, a partir de máquinas convencionais (*desktops*) que, ligadas em rede, se comunicam através do sistema, de forma que trabalham como se fossem uma única máquina de grande porte. Na área de Economia, o “cluster” quer dizer agrupamento; sua origem é anglo-saxônica e está ligada à teoria do crescimento endógeno.

De acordo com Amaral Filho (1995), o conceito de Cluster é um misto de distrito industrial e ambientes inovadores (Millieux Innovateurs). O distrito industrial é um espaço urbano, que possui incentivos fiscais; é o resultado de uma política centralizada de cima para baixo; já o ambiente inovador é uma estratégia, adotada inicialmente por um conjunto de pesquisadores europeus, com o objetivo de fornecer elementos para contribuir para a sobrevivência dos distritos industriais e para que outras regiões concebam seus próprios projetos de desenvolvimento de maneira sólida (a tecnologia, nesse aspecto, assume papel principal).

O Cluster se diferencia da visão fordista tradicional e da visão distritalista baseada na pequena produção flexível. Pode-se definir com clareza que não há relação do Cluster com o distrito industrial, que possui um sistema produtivo local e que contém uma aglomeração de empresas de médio e pequeno porte com finalidades similares, cuja característica principal é a estreita relação entre as esferas sociais, econômicas e políticas. Em contrapartida, o Millieux Innovateur citado acima possui como função primordial dar sobrevida aos distritos industriais, com projetos de desenvolvimento (inovações).

Segundo Porter (1993), o Cluster econômico é uma concentração geográfica de empresas de um determinado setor de atividade. Os Clusters provocam tanto a concorrência como a cooperação, isto é, as empresas ora disputam mercados, ora cooperam entre si em atividades afins como, por exemplo, no ramo da educação, a promoção de eventos como congressos, workshops etc. Por outro lado, pode-se obter também um cluster eficiente, mesmo que não haja nenhuma cooperação entre seus agentes, mas apenas relações comerciais.

Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para competição. Os clusters abrangem, por exemplo, fornecedores de insumos

especializados, tais como componentes, máquinas, serviços e provedores de infra-estrutura especializadas. Cluster frequentemente se estende na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação da mão de obra, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, empresas de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissionais e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa e suporte técnico (PORTER, 1998, p. 78).

Ainda segundo Porter (1993), por estarem próximas, as empresas componentes do Cluster criam um mercado de trabalho especializado, atraem fornecedores diversos e geram um ambiente de disseminação de tecnologia. Na verdade, qualquer inovação adotada por uma empresa logo é seguida pelas demais através de canais de informação, formais ou não, gerando, assim, um ganho coletivo na eficiência. Vale ressaltar que nem sempre uma concentração geográfica ou setorial de empresas pode ser caracterizada como Cluster, pois é indispensável a cooperação e a eficiência coletiva.

Uma das vantagens na formação de Cluster é a maior resistência que a empresa adquire contra a instabilidades do meio externo, ocorrendo o oposto com empresas isoladas. Esse novo conceito, defendido neste trabalho, tenta recuperar alguns traços da visão tradicional, como, por exemplo, o pólo de crescimento, o qual está intimamente ligado à idéia da indústria-chave que, conjugada a uma cadeia de produção, adiciona-lhe o máximo valor (AMARAL FILHO, 1995).

Porter (1993) divide o processo de formação de um Cluster em 4 fases: a fase embrionária, na qual as empresas ou indústrias são independentes umas das outras; o emergente, responsável pela inter-relação entre as empresas; a expansão, referente a um fortalecimento entre os enlaces e, finalmente, o Cluster maduro, que diz respeito aos enlaces inter-firmas.

Dentro dessa temática, é relevante diferenciar o termo clustering de cluster. O primeiro refere-se a processos gerados por forças de mercado, por políticas públicas ou ações de agentes privados e tem a finalidade de promover a integração entre empresas, fomentando o crescimento desta atividade em uma mesma área

geográfica. O segundo termo foi esclarecido anteriormente.

A formação do Clustering se dá através de incentivos de mercado, como: existências de externalidades, retornos crescentes de escalas e concentração local de demanda. Essa criação pode ser espontânea, surgindo a partir de iniciativas pessoais, ou pode resultar da interação de diversos agentes através do mercado ou, ainda, de um conjunto de estratégias racionais, envolvendo esferas privadas e públicas. O incentivo econômico é fator primordial, mas não obrigatório para a formação de um clustering. A existência de externalidades é considerada como única condição necessária e suficiente para gerar incentivos de mercado para clustering. Os outros dois fatores requerem a existência de externalidade para poder gerar tais incentivos (ANPEC, 2003).

Analisando os fatores de incentivos do Clustering, observa-se que as externalidades correspondem a sinergias entre as empresas, isto é, quanto maior o número de empresas, maior será o impacto positivo na competitividade relativa entre elas, e maiores serão suas produções individuais. Os elementos desta sinergia correspondem ao fluxo de informações com menores custos, qualificação da mão-de-obra e queda de custos de transação. Analisando o segundo fator – o retorno crescente de escala – que representa a relação dos ganhos de escalas com os custos de transportes e de comunicação, observa-se que quando o primeiro for positivo sobre os outros fatores, maior será a propensão à concentração da produção em uma única empresa (único local). Finalmente, o terceiro fator, no qual a aglomeração de demanda proporciona a concentração de cluster em regiões com tradição de consumo elevado de mercadorias, como, por exemplo, no Sul da Itália, cuja produção de azeite de oliva é ampla e tradicional.

As forças endógenas, que resultam da própria interação entre os agentes do mercado, levam à aglomeração de empresas em cluster, que tem ganhado força na teoria econômica recente. De acordo Portela (2003), a integração da economia mundial com o eficiente fluxo de informações tem feito com que a competitividade de diversas regiões seja definida a partir de características locais, que vem evoluindo com o tempo.

Faz-se notar também que, em algumas localidades, as políticas de clustering vêm enfrentando sérias dificuldades, seja de ordem social (cultura antiooperativa) ou devido à falta de credibilidade das lideranças.

### 3.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

De acordo o SEBRAE (2006), Arranjos Produtivos Locais (APLS) são aglomerações significativas de empresas localizadas em um mesmo território<sup>1</sup>, que apresentam a mesma especialização e mantêm algum laço entre si (de articulação, cooperação ou aprendizagem), ou com parceiros, como governos, associações empresariais, instituições de ensino, pesquisa e bancos que focam o crescimento. Conforme informações contidas no *site* do IPEA, o conceito de APLS pode ser entendido como tradução do termo Cluster.

Além disso, ele deve manter ou ter a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e promover ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local (SEBRAE, 2006, p. 9).

Pode-se notar que, na verdade, há uma complementariedade entre os termos e não propriamente uma distinção.

Na terceira Itália, que compreende às regiões do Centro e Nordeste italiano, aconteceu, na década de 70, a fase embrionária de um arranjo produtivo, conforme *site* do IPEA, cujo fruto foi um desenvolvimento econômico espantoso, levando os governantes a repensarem os papéis das PMEs (Pequenas e Médias Empresas) e a criarem políticas públicas específicas para as mesmas. Devido ao atraso econômico vivido por aquela região na década de 50, houve um conjunto de ações conforme Santos, Crocco e Simões (2005), por parte da iniciativa privada de pequeno porte, objetivando o desenvolvimento da sua base territorial, a partir das condições sócio-econômicas locais.

Ainda de acordo com a fonte citada acima, as PMEs da terceira Itália

---

<sup>1</sup> Aodota-se, neste trabalho, o conceito de território como um campo de forças ou uma teia de relações sociais que se projetam em um determinado espaço, não se resumindo em apenas na sua dimensão material ou concreta.

alcançaram grandes êxitos em níveis de eficiência, qualidade e escala de atendimento de especificidades da demanda que, na maioria das vezes, a grande empresa verticalizada não atingia.

As mudanças técnico-produtivas na terceira Itália não dependeram apenas de uma vontade ou decisão da esfera econômica, dependeu em grande parte, do esforço de desenvolver a capacidade social, cultural e política da comunidade em aplicar produtivamente esforços conjuntos em busca da eficiência coletiva, capaz de alavancar a qualidade de vida, de trabalho e das atividades produtivas da região (MACIEL *apud* SANTOS, CROCCO E SIMÕES, 2005, p. 51).

Percebe-se que houve uma necessidade de inovações em termos de organização e gerenciamento por parte dos empreendedores locais. Atualmente esses empreendimentos, compostos por distritos de pequenas e médias empresas, perfazem um total de 156 empresas, conforme dados do SEBRAE, e absorvem 25,4% da mão de obra do país. São, portanto, uma referência no que diz respeito aos setores de têxteis, mecânica, couro e calçados.

Outro arranjo que serve como referência mundial é o Vale do Silício, na Califórnia/ EUA. Especializado em tecnologia de ponta na área de informática, proporciona crescimento das empresas instaladas, provocando uma revolução tecnológica mundial.

No âmbito brasileiro, merece destaque o Vale dos Sinos, localizado no estado do Rio Grande de Sul, onde as pequenas e médias empresas se organizaram, tornando-se um pólo exportador de calçados, superando todas as dificuldades dos anos 90, quando houve uma abertura da economia brasileira. Esse aglomerado é formado pelas associações comerciais, industriais e profissionais, empresas organizadoras de eventos, escolas técnicas e cursos superiores de *design* na área de calçados.

Outro APLS significativo do ponto de vista da pesquisa encontra-se na cidade carioca de Nova Friburgo (especializada em confecção de peças íntimas do vestuário). Agregando aproximadamente 900 empresas, gera 20 mil empregos, sendo responsável por 30% do mercado brasileiro em alguns setores e exportando os seus produtos para mais de 30 países.

Um estudo realizado por Cruz (2006) catalogou 49 arranjos no estado da Bahia e a maioria conta com a participação e o apoio de alguns órgãos governamentais de esferas Nacionais e Estaduais, como a EBDA, SEBRAE, SEAGRI, SENAI e a PETROBRÁS.

Ainda de acordo com o estudo de Cruz (2006), foram feitas algumas constatações, entre as quais se destacam: boa parte dos APLs baianos são aglomerações produtivas informais, compostas por pequenas empresas de baixo nível tecnológico, gestão administrativa incipiente e mão-de-obra não qualificada. É preocupante a ausência de iniciativas para melhorar principalmente o quesito qualificação. Essas características dos arranjos baianos apresentam um retrato fidedigno das aglomerações nordestinas, as quais mostram a carência de mecanismos de articulação, tanto interno como governamental, impedindo desse modo, a alavancagem do aglomerado.

Um outro APLs de destaque encontra-se na cidade de Juazeiro, em parceria com a cidade pernambucana de Petrolina. É considerado, de acordo site do SEBRAE, como o pólo mais dinâmico do Brasil no que se refere a frutas irrigadas, e é o principal exportador de frutas freças nacionais, principalmente para o continente europeu (SEBRAE, 2006, p. 10).

É notório o crescimento do aglomerado da cachaça de alambique da cidade de Abaíra, situada na Chapada Diamantina, cuja bebida diferencia-se da aguardente de cana ordinária, em razão da qualidade superior e da graduação alcoólica menor. Esse produto vem atraindo compradores até mesmo do continente europeu. A Associação de Produtores da Cachaça de Abaíra (APCA) opera uma unidade central de produção, que produz e envasa a cachaça, com padrão de qualidade estabelecido entre os 80 associados. Durante o processo de formação do aglomerado, houve iniciativas como da SICM (Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia), que financiou o treinamento e visitas técnicas a Minas Gerais (referência no ramo da bebida); do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), que deu o suporte financeiro para a compra de toda o maquinário, e o IBAMETRO (Instituto Baiano de Metrologia), responsável pelo controle de qualidade da aguardente e da marca

Cachaça de Abaíra.

Todas essas experiências bem sucedidas estão em conformidade com a teoria de desenvolvimento regional mencionado nos tópicos anteriores, isto é, fruto de uma articulação bem engendrada entre os participantes, possibilitando maior poder de barganha perante os fornecedores e clientes, troca de informações técnicas e facilidade de acesso a qualquer mercado.

Em pesquisa realizada em 2005 pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), juntamente com o GTP (Grupo de Trabalho Permanente), que é composto por 33 entidades governamentais e não governamentais, foram identificados 957 APLs no país, em diferentes estágios de desenvolvimento.

Dentre todos os exemplos citados, conforme Santos, Crocco e Simões (2006), observa-se forte cooperação entre os agentes que contam com ambiente institucional, com as autoridades locais, com um índice elevado de sobrevivência entre os participantes, além de fatores locacionais favoráveis e forte ligação econômica entre os agentes.

## CAPÍTULO 4

### 4. O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

#### 4.1 ASPECTOS GERAIS

De acordo com os dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007), Vitória da Conquista, com 3.204 Km<sup>2</sup>, localiza-se na Região Sudoeste da Bahia, apresenta uma altitude média que varia de 900 a 1200 metros acima do nível do mar, distante 512 quilômetros da capital Salvador, sendo o terceiro município do estado, com uma população de 308.204 habitantes e taxa de urbanização aproximada de 85%, com vasto território rural, distribuído por 11 distritos rurais. Polariza cerca de 80 municípios da região, com aproximadamente 2 milhões de pessoas. É um importante entreposto comercial, por onde passam rodovias importantes, como a BR 116 (Rio-Bahia), BA 415 (Lapa-Ilhéus) e a BA 262 (Conquista-Brumado).

Segundo a SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), atualmente, o município é considerado como uma das áreas com maior potencial econômico no Estado. Tal constatação deve-se à melhoria de alguns índices, como o IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) no período de 1996 a 2002, fazendo a cidade avançar seis posições, atingindo o sétimo posto entre os municípios baianos e, principalmente no IDS (Índice de Desenvolvimento Social), pulando da 24<sup>a</sup> para a 6<sup>a</sup> posição no mesmo período.

Atualmente, a economia de Conquista é regionalizada, de acordo a SEI, marcada ainda por uma grande parcela da população ligada a atividades de subsistência. No entanto, possui um forte comércio, tanto no ramo atacadista quanto varejista, incluindo uma moderna empresa rural. Destaca-se na produção do café e do leite, que servem de suporte para duas cooperativas de produção: COOPMAC e

COOPERLEITE. Mais recentemente, mostra-se forte no ramo de prestação de serviços nas áreas da educação e saúde (DOURADO, 2006).

**Tabela 1:** Estabelecimentos da cidade de Vit. da Conquista por setores

Unidades	Quantidade
Setor industrial	616
Setor comercial	2842
Setor de serviços	3500
Total de Unidades Empresariais	6958

Fonte: JUCEB, 2006

Conforme Dourado, 70% do produto municipal bruto estão relacionados às áreas de serviço e comércio; 25% correspondem à indústria e o restante fica no universo das atividades agropecuárias.

**Tabela 2:** Produto Interno Bruto de Vit. da Conquista

Ano	PIB
1975	192.090,00
1980	280.330,00
1985	289.500,00
1996	511.860,00
1999	646.400,00
2000	705.414,05
2001	752.695,00
2002	819.179,00
2006	1.793.825,00

Fonte: IBGE; 2006.

## 4.2 CICLOS ECONÔMICOS

Fazendo uma análise de todos os “ciclos” econômicos de Vitória da Conquista, pode-se notar que nenhum trouxe um desenvolvimento sustentável e duradouro para a cidade, como também não privilegiou uma parcela significativa da

população. Segundo Tanajura (*apud* DAMACENO, 2005), a origem do município está relacionada com a colonização portuguesa no final do século XVIII, quando o interesse imediato da coroa portuguesa era expandir territórios para a criação de gado e, principalmente, fazer desta região uma ponte entre o litoral e o sertão.

A partir do final da década de 30, o comércio ocupava um lugar de destaque, sobrepondo-se à pecuária extensiva. Com a implantação da Rio-Bahia (BR 116), na década de 60<sup>2</sup>, a cidade de Vitória da Conquista passou a polarizar quase uma centena de municípios situados, como ela, na região sudoeste da Bahia ou norte de Minas Gerais. Conforme Tanajura (*apud* DAMACENO, 2005), foi com a implantação Rio-Bahia que o município passou a ser um relevante entreposto comercial.

Ferraz (2001) aponta que a abertura da Rio-Bahia e a Ilhéus-Lapa foram essenciais para a expansão da zona urbana de Vitória da Conquista, gerando um efeito positivo, pois tais rodovias se transformaram em importantes “avenidas” comerciais. A Avenida Brumado, no bairro Brasil, a avenida Juracy Magalhães (sentido Conquista VI) e, mais recentemente, a Avenida Luís Eduardo Magalhães (ligando o lado leste ao sul da cidade) representam vetores de crescimento urbano, graças à atuação do mercado imobiliário, que vislumbra todo um cenário positivo num futuro próximo.

A partir da década de 70, afirma Tanajura (*apud* DAMACENO, 2005), foram introduzidos dois novos vetores na economia local, como resultado de uma política exógena, feita de cima para baixo, tendo como objetivo principal a diversificação econômica por parte das esferas Federal e Estadual do poder. As indústrias petroquímicas e a cultura do cacau aparecem como os ícones da “dinâmica” economia baiana. Em Vitória da Conquista, desenvolveu-se, em primeiro lugar, a cafeicultura, posteriormente, foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés!

Ainda segundo Tanajura (*apud* Rocha), o IBC (Instituto Brasileiro de Café) foi o responsável pela implementação da cultura do café (intensivo em mão de obra) em Vitória da Conquista, atendendo à necessidade da expansão de novas áreas

---

<sup>2</sup> A BR 116 é a principal rodovia brasileira que liga a cidade de Fortaleza, no Ceará, até a cidade de Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul, passando por dez estados da Federação.

produtoras, as quais tinham principalmente os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais como principais produtores, como forma de garantir a produção mínima brasileira. A cultura cafeeira representou a principal fonte, por décadas, tanto econômica como social do município, ocasionando principalmente a urbanização da cidade e o desenvolvimento do comércio para atender às novas demandas.

Já o Distrito Industrial dos Imborés, localizado a 5Km, ao norte, do centro de Vitória da Conquista, pela BR 116, está relacionado à política da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), conforme Longuinhos (2004), de fomentar programas de crescimento e desenvolvimento econômico no nordeste brasileiro. A intenção era possibilitar que a indústria fosse o fator motriz para integração das cadeias produtivas locais, criando, por sua vez, um cenário favorável à sua inclusão na economia nacional (PERROUX *apud* LONGUINHOS). Um objetivo secundário era concentrar, em uma região, as indústrias já existentes em diversos bairros; tal ação seria como a política cepalina do governo federal, cujo objetivo primordial é minimizar os desequilíbrios regionais e interiorizar o desenvolvimento industrial.

Sobre o distrito industrial, Lopes (2003) afirma que Vitória da Conquista não tem características industriais devido à falta de incentivos governamentais, sejam eles em termos fiscais ou de melhorias na infra-estrutura (aeroporto de médio porte, por exemplo), ou até mesmo investimentos diretos da iniciativa privada local. Atualmente, o Distrito conta com 22 empresas, sendo os principais ramos de alimentação, limpeza, bebida e minerais não metálicos. Merecem destaque as Indústrias Sabão Teiú e o posto da Coca-Cola.

Vale ressaltar que a implantação da cultura do café e do Distrito Industrial dos Imborés não trouxe para o município conquistense um desenvolvimento sustentado, pois, no final da década de 80, ocorreu uma grave crise na cafeicultura, desencadeada principalmente pela queda dos preços no mercado internacional. Concomitantemente, o Distrito Industrial não absorveu indústrias de grande porte – destacando-se poucas indústrias significativas, segundo dados da Direção dos Imborés (Coca-Cola, Lavisa Parmalat, Sabão Teiú) – e, de modo geral, não impactou

satisfatoriamente o aumento da renda média e a oferta de emprego na cidade.

No início da década de 90, Vitória da Conquista se encontrava em um estado de letargia total no seu cenário econômico, até porque, na esfera política, a cidade encontrava-se em situação de oposição ao governo Estadual vigente. Conforme Lopes (2003),

A ausência de ação do Estado da Bahia e da União deve-se, principalmente ao fato de os políticos locais, entre os anos 60 e 90, terem feito oposição às esferas superiores de governo.

Neste cenário desfavorável, a única saída desta inércia econômica foi o incremento de políticas alternativas baseadas no desenvolvimento endógeno, mais precisamente nos ramos de educação e saúde que impactaram positivamente do ponto de vista financeiro, social e também da criação de capital humano a longo prazo.

Foi assim que a cidade de Vitória da Conquista entrou em conformidade com a mais nova etapa da globalização – a era do conhecimento. De acordo com Lucci (1996), a educação é o pilar primordial para que um local ou região se insira na era pós-industrial, onde notadamente entra em declínio o posto de trabalho no setor referido, em favor de ocupações no setor de serviços, como saúde, lazer, informação e turismo. Conforme Lopes (2003, p. 29),

Tradicionalmente, a educação é vista como um fator de elevação da produtividade do trabalho, na medida em que implica maior qualificação da mão-de-obra [...] os serviços de educação são também importantes para a geração de empregos, renda e arrecadação nas cidades.

#### **4.3 SURGIMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

O campus da UESB em Vitória da Conquista foi construído em 1980. A decisão foi do governo do estado, que instalou concomitantemente quatro Instituições de Ensino superior: em Feira de Santana a Universidade Federal de Feira de Santana – UEFS; a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, entre as cidades de Itabuna e Ilhéus; e a Universidade Estadual da Bahia – UNEB, em Salvador. De acordo com Rocha (2004), as intenções eram duas: suprir a escassez de investimento no setor por parte do Governo Federal, em direção ao interior da Bahia, e fortalecer a

articulação das grandes cidades do interior baiano em suas regiões próximas.

Desde o final da década de 90, a UESB foi largamente ampliada, passando a oferecer novos cursos de graduação. Nesse mesmo período, algumas faculdades privadas foram implantadas em Conquista: O Instituto Juvêncio Terra Superior (JTS), primeira instituição de ensino superior privada do município, fundada no ano 2000, ofertando inicialmente 150 vagas nos cursos de Administração e Secretariado; a FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciências), fundada meses depois, oferecendo 400 vagas no curso de Administração em diversas habilitações, e a FAINOR (Faculdade Independente do Nordeste), implantada em 2001, ofertando inicialmente cursos de Administração e Engenharia da Computação. Mais recentemente, criou-se o curso de Engenharia Mecânica no CEFET e uma unidade de extensão da UFBA destinada à área da saúde (Medicina, Enfermagem e Nutrição). Vale destacar que, além da universidade e das faculdades citadas, inúmeras parcerias de Instituições de Ensino Privado de várias regiões do Brasil com colégios da cidade oferecem cursos superiores a distância.

O aumento da demanda pelos serviços educacionais é fruto, segundo Lopes (2003), das exigências crescentes na qualificação de profissionais por parte do próprio mercado de trabalho e da presença cada vez maior de adolescentes que demandam um número cada vez maior de vagas de terceiro grau.

#### **4.4 IMPACTOS DO ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E NA ECONOMIA**

É notório que nos últimos seis anos houve um avanço educacional no ensino superior, impactando de forma positiva todos os setores do município. O incremento do setor educacional afeta o desenvolvimento local basicamente de três formas, de acordo Lopes (2003): em primeiro lugar, formando capital humano; depois, intensificando pesquisas científicas e, finalmente, o terceiro, relacionado aos gastos provenientes, principalmente dos estudantes locais ou oriundos de outras regiões e de professores. Em relação ao terceiro item, pode-se destacar o crescimento vertiginoso do mercado imobiliário, de acordo com Rocha (2004), desde a expansão do ensino superior (PMVC, 2006), principalmente no que tange a locação de imóveis,

pois a demanda aumentou devido à chegada de alunos de outras regiões.

Elias Dourado (2006) analisa que este novo panorama, propiciado pela expansão do ensino superior em Conquista, apontando que o mesmo minimiza as exportações de “cérebros” para outras regiões, pois até bem pouco tempo, por falta de opções de cursos representativos, como Medicina, Direito, Engenharia e Enfermagem, inúmeros estudantes procuravam outros centros, como Salvador e Belo Horizonte. Contudo, desde o final da década de 90, não só houve uma retenção de alunos como também ocorreu uma atração de estudantes provenientes de outras regiões. Este é um dado importante, tanto do ponto de vista do incremento educacional como financeiro, pois a cidade não só atrai como mantém os recursos oriundos de fora.

Santos (2004) analisa que cada unidade monetária que entra em circulação na economia local terá efeitos mais significativos quanto maior for o seu tempo de permanência na região, seja na geração de renda ou de empregos. Isso ocorre devido ao montante financeiro, que é reutilizado em consumo de produtos e serviços dos diversos setores de atividade que integram a estrutura produtiva da economia regional.

Cada nova unidade monetária que entrar em uma região, a partir de uma atividade de base (exportadora), irá dinamizar outras atividades, pela sua permanência e reutilização na economia dessa região. A dimensão do multiplicador irá refletir a capacidade da região de reter os novos recursos para utilização no seu próprio território - do seu nível de endogeneização (SANTOS, 2004, p. 50).

## CAPÍTULO 5

### 5- EDUCAÇÃO

#### 5.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COMO VETOR DE CRESCIMENTO

A primeira menção escrita de que a educação funciona como uma ferramenta que expande a produtividade do trabalhador vem de Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações* (ANO); somente na década de 1960, a idéia de educação como capital humano tomou corpo. Nesse período, as pesquisas empíricas se multiplicaram (SOUZA, 2006) e os novos resultados não parecem se desviar de uma norma já bem entendida. Eles mostram que sempre tratamos a educação como investimento em capital humano, pois ela proporciona retornos de maior dimensão do que investimento em capital físico. Essa constatação não difere do pensamento dos clássicos da economia.

Estudos da década de 60, cujo objetivo principal era mensurar a taxa de retorno em investimentos na educação, revela que 1 (um) ano adicional de estudo propicia 10% a mais na renda, ou seja, a pessoa que fica mais tempo na escola, tem uma probabilidade maior de ganho melhor. Um estudo da revista *Educação e Conjuntura* (2004) aborda que o investimento em capital humano não só resulta em ganhos maiores como também funciona como profilaxia contra o desemprego. Uma pessoa com nível superior incompleto tem 5,4% de chance de ficar sem posto de trabalho em detrimento do indivíduo com nível médio incompleto, que possui 17,6% de chance.

Educação e rendimentos individuais estão intrinsecamente ligados. O analfabeto, ao longo de sua vida produtiva, praticamente mantém constantes os seus rendimentos (não ocorrem bruscas variações). Se pensarmos em termos gráficos, a reta dos seus rendimentos é paralela em relação ao eixo dos tempos, isto é, uma mobilidade ocupacional baixa e a renda restrita; um indivíduo com nível superior

completo, ao contrário, apresenta uma inclinação da reta bastante representativa. Conclui-se, assim, que cada vez mais se torna difícil o progresso individual sem a devida escolaridade.

Pesquisas de âmbito coletivo evidenciam que o ganho não é apenas individual, é também de toda uma sociedade ou Estado. De acordo com Souza (1999), as unidades das federações brasileiras que possuem nível de escolaridade maior ou um ano adicional de estudo possuem um PIB cerca de torno de 38% maior do que as outras regiões.

Em suma, a sociedade valoriza os métodos da educação como ferramenta para a produtividade e como mecanismo de mobilidade social. Diante disso, vão sendo forjados filtros que selecionam as pessoas em função do seu capital humano; porém, estes mesmos filtros que premiam aqueles que têm maior escolaridade punem os que não tiveram acesso a ela. Portanto, a escolaridade tanto é um fator de mobilidade – para os que a têm – quanto de exclusão – para os que não a têm (SOUZA, 1999).

Segundo Souza (*apud* LONGUINHOS, 2002), a contribuição líquida da educação para o crescimento do produto interno bruto foi de 15,7% no Brasil entre as décadas de 60 e 70. Ainda segundo o autor, o conhecimento desempenha um papel primordial no que tange os modelos de crescimento endógeno, devido à capacidade que pessoas com bom nível de escolaridade adquirem de influenciar a produção, ocasionando aumento da produtividade e gerando externalidades positivas.

Desta forma, o conhecimento surge como um insumo da função de produção. Para elevar o produto *per capita*, a sociedade deverá investir na saúde, educação geral e treinamento específico dos trabalhadores, bem como na produção de novos conhecimentos (SOUZA, *apud* LONGUINHOS, 2002).

## 5.2 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A história nos conta que os governantes brasileiros sempre ignoraram a educação como pilar básico do desenvolvimento da nação, o que ocasionou um atraso irremediável em relação a outros países, até mesmo do continente sul-americano (principalmente Argentina e Uruguai), que começaram políticas públicas educacionais no meio do século XIX. Nos primeiros quatro séculos, de cada dez mil brasileiros, apenas um freqüentava a escola; assim, em 1900, o índice de analfabetismo era de 70%, evidenciando o descaso completo do poder constituído em relação à educação brasileira.

Segundo Souza (*apud* LONGUINHOS, 2002), os primeiros cursos superiores foram introduzidos no Brasil após a chegada do rei D.João VI; muito embora funcionassem mais como cursos profissionalizantes, vagas eram oferecidas nas áreas de Medicina, Engenharia Civil e Direito. A primeira Universidade instalada foi a Federal de São Paulo, em 1934, “importando” acadêmicos da França, Itália e Alemanha. Pelo exposto, pode-se perceber que, num passado remoto, o governo brasileiro não tinha a educação como uma prioridade.

Deve-se ressaltar ainda que a metrópole, na época mercantilista (Portugal), também não possuía uma tradição educacional, pois 33,3% da população portuguesa não sabiam ler nem escrever.

Atualmente, entretanto, todos parecem reconhecer a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento do país. Sendo assim, observa-se um notável avanço nesse setor, tendo a educação como uma das prioridades das políticas públicas, principalmente no âmbito Federal e Estadual.

Nos anos 80 do século passado, a população no ensino superior triplicou, saindo de 1,4 milhões no início para 4,2 milhões no final da década, conforme dados do MEC e INEP (ano); obviamente cresceram devido a uma demanda reprimida, reconhecida pelo próprio governo federal que, criou parcerias com faculdades privadas, através do programa conhecido como Crédito Educativo.

Já no final da década de 90, implantou-se o Programa de Financiamento Estudantil - FIES - destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de

estudantes que não tinham condições de arcar com os custos de sua formação e estivessem regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDOC, o FIES tem registrado uma participação cada vez maior das IES e dos estudantes do país. Atualmente, são 1.370 IES credenciadas quase 400 mil estudantes beneficiados, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 3,85 bilhões (CEF, 2006).

O PROUNI foi criado, em 2005, pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo isenção de impostos às IES que dele participam. No seu primeiro processo seletivo, O PROUNI ofereceu 112 mil bolsas, em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país (MEC, 2006).

Fica evidente que o avanço educacional, principalmente nos últimos 50 anos, vem atingindo uma parcela cada vez maior da população. Mas claro que compensar este atraso secular demanda um período longo. Veja-se, por exemplo, os dados do Ministério da Educação, segundo o qual, em 2006, 25 milhões de pessoas concluíram o ensino médio e, por questões diversas, não ingressaram no ensino superior, afetando o fluxo normal de saída e entrada, que é de 1,8 milhões.

Sendo assim, uma parcela significativa da população não consegue ingressar na universidade pública (devido à forte concorrência e à oferta restrita de vagas), tendo como única solução para continuação dos estudos a procura por instituições de ensino superior privadas, as quais se tornaram protagonistas do ensino de nível superior, pois representam 90% das IES brasileiras e absorvem 72% do contingente populacional, segundo dados do INEP (2007).

### 5.3 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE BASE

Apenas na década de 90, acontece uma expansão nos níveis básicos da educação, dando uma feição mais equilibrada da pirâmide educacional brasileira. O governo federal conseguiu atrair um contingente maior da população mais jovem para a escola, criando incentivos como o Bolsa Escola, por exemplo. Mas a explosão de matrículas trouxe uma queda maior da qualidade do ensino, evidenciando a fragilidade de todo o sistema educacional. A velha prática clientelista que tanto caracteriza a política nacional (como por exemplo, a nomeação de diretores e professores sem concursos) proporciona mazelas em todos os setores de atuação do poder público.

Prova disso é que as pessoas mais pobres são “obrigadas” a freqüentar as piores escolas, geralmente, públicas que carecem de uma política de salários, qualificação docente e de infra-estrutura. Só a título de exemplo, segundo estimativa do MEC (2006), 70% dos professores de ciências das escolas brasileiras não têm formação específica para lecionar, e esta é, segundo especialistas da área, uma das principais causas do fraco desempenho dos estudantes brasileiros.

A situação do ensino público fundamental e médio traz outros dados não menos alarmantes. Segundo dados do INEP (2007), mais de 12% das escolas do país não possuem saneamento básico. Isso significa que, dos 195.041 estabelecimentos de ensino no Brasil, 23.734 não oferecem banheiros aos alunos. Os mesmos números ainda mostram que 3.791 instituições não têm água encanada – 1,9% do total. O déficit na coleta de esgoto das escolas é mais grave no ensino fundamental: 22.275 estabelecimentos não têm acesso ao serviço; dentre eles, a grande maioria faz parte da rede pública de ensino. Das instituições do ensino médio sem água, em 2002, 69,9% eram públicas. Das escolas de ensino fundamental que não tinham acesso a esgoto em 2002, as públicas representaram 87,4%. Além da falta de água encanada e esgotamento sanitário, outro grande problema na infra-estrutura das escolas é a falta de energia elétrica. Em 2002, de 195.041 estabelecimentos de ensino, 21,8% não a tinham; a quase totalidade era de escolas do ensino fundamental e sete eram do ensino médio.

Segundo o economista Gustavo Ioschpe (2007), a criação de condições básicas relativas às instalações da escola – banheiro, luz, água encanada, carteiras – representa uma maneira eficaz de melhorar a qualidade da educação básica em curto prazo: "trata-se de uma infra-estrutura física barata de consertar e que todas as pesquisas mostram gerar um impacto muito forte". Ainda ao tratar de demandas um pouco mais sofisticadas, é notável que apenas 25% das escolas públicas possuam biblioteca e 11% acessem a internet. Nas instituições privadas, os números sobem para 70% e 50%, respectivamente. A importância das condições materiais da escola é ilustrada pelo professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Alexandre Delijaicov: *"é preciso criar espaços que propiciem convivência, pois a escola é o primeiro contato da criança com o espaço público da cidade"*.

Ora, os problemas de infra-estrutura, a falta de uma política que valorize e qualifique os professores, as dificuldades dos alunos, tanto de se manterem na escola quanto de aprendizagem são aspectos do sistema educacional que compõem um cenário educacional brasileiro incapaz de reduzir drasticamente desigualdades sociais. Tais dificuldades ficam patentes no resultado dos rendimentos escolares que se observa no quadro abaixo:

<b>Tabela 03:</b> Simulação de rendimento escolar no Ensino Médio		
Ingressantes	3.438.523	
Concluintes	1.815.913	
Perdidos	1.622.610	Total de Perda(%): 47,2

**Fonte:** Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas 2007

Os dados acima demonstram como é premente a necessidade de se promover avanços nos âmbitos qualitativo (melhor estrutura, material humano, gestão eficiente) e quantitativo (melhores salários e maior contingente da população concluindo o ensino médio) nos níveis básicos da educação. Do contrário, a situação do alunado brasileiro permanecerá a mesma de toda a história nacional, qual seja: os mais abastados freqüentando as melhores escolas – pois possuem um tempo maior de dedicação aos estudos, acesso mais fácil a livros didáticos e internet – e os menos

favorecidos se vendo, não raro, obrigados a abandonar os estudos em função da própria sobrevivência.

Entre os avanços da educação brasileira, deve-se ressaltar a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e mais recentemente do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), com raio de ação maior para outros níveis da Educação e com o objetivo maior de subsidiar a educação, principalmente nas Unidades da Federação mais pobres. O programa funciona do seguinte modo: os Estados e Municípios que realmente gastam com educação, cujo orçamento é previsto na Constituição, mas não conseguem atingir o patamar mínimo definido de custo por aluno, têm o direito a receber do Fundo o dinheiro necessário para cobrir a diferença; já os municípios que não gastam a proporção determinada por lei, têm o excedente confiscado e utilizado para subsidiar outras comunidades. Segundo dados do MEC, dois terços do recurso do FUNDEB foram destinados às regiões Norte e Nordeste.

Também faz parte da política educacional do governo federal o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), implantado em 1998, com a finalidade imediata de aferir a qualidade do ensino médio nacional e que hoje se apresenta como uma alternativa para o critério de seleção de candidatos para o ingresso em algumas universidades nacionais. O Enem foi criado com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do aluno e tudo aquilo que o mesmo adquiriu durante o seu curso.

Outro processo avaliativo, implantado em 1990 e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – é o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das 27 Unidades da Federação.

O levantamento de dados do SAEB é realizado a cada dois anos, em uma amostra probabilística representativa dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. A cada aplicação de instrumentos são pesquisados aproximadamente 700 municípios, 3.000 escolas públicas e privadas, 25.000 professores, 3.000 diretores e 220.000 alunos do Ensino Básico (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e 3<sup>a</sup> série do

Ensino Médio) nas disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

A análise dos resultados dos levantamentos do SAEB permite acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores incidentes na qualidade e na efetividade do ensino ministrado nas escolas, possibilitando a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro. Essas informações devem ser utilizadas por gestores e administradores da educação, pesquisadores e professores.

Segundo a pesquisadora em educação Luíza Massae (2006), a implementação de mecanismos efetivos de avaliação do desempenho dos sistemas educacionais, como o ENEM e a SAEB, nos diferentes níveis de ensino, constitui-se em instrumento potencializador da ampliação do debate político e do controle social sobre a qualidade do ensino, evidenciando as desigualdades na distribuição dessa qualidade e, em última instância, aferindo a efetividade das demais medidas. A ênfase em processos de avaliação é hoje considerada estratégica, pois funciona como subsídio indispensável no monitoramento das reformas e políticas educacionais.

Toda essa política educacional implantada de forma mais consistente na última década afeta positivamente vários aspectos, dentre os quais o capital humano, a equidade ou justiça social, a obtenção de melhores condições de vida do indivíduo, como também propaga crescimento e desenvolvimento econômico local. Se forem mantidas e gradualmente melhoradas, podem vir a qualificar melhor os alunos das escolas públicas para que tenham condições de concorrer a uma vaga nas universidades e dar seguimento aos seus estudos.

#### **5.4 CAPITAL HUMANO**

De acordo com o artigo do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o capital humano é o valor presente nos rendimentos anuais (descontados os 10% a.a) associados à escolaridade e experiência (idade) da população em idade ativa (15 a 65 anos). Este estoque do capital humano é calculado pela diferença entre

o rendimento obtido no mercado de trabalho e a estimativa daquele obtido por um trabalhador sem escolaridade e experiência.

Dourado (2006) afirma que num mundo marcado pela importância do conhecimento, o capital humano é um importante indicador de ampliação da base onde se assentará o desenvolvimento econômico, como também o desenvolvimento humano sustentável.

Tenani (*apud* SILVA, 2004) argumenta que uma nação só pode crescer de forma sustentada aliando dois insumos de produção: capital físico, por meio da poupança e investimento, e capital humano, pela educação. A interação entre poupança e educação influencia positivamente a produtividade do capital humano e do capital físico. Sendo assim, afirma o autor, o país que possui um sistema educacional eficiente tende a crescer mais rapidamente, em médio e longo prazo, o que se aplica, obviamente, àqueles governos que vêem a educação como ferramenta de desenvolvimento.

Em relação ao capital humano, vale destacar o modelo de Lucas (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 200), no qual externalidades são relacionadas ao capital humano, mediante aumentos de nível de tecnologia. O modelo considera o capital humano “como a soma de habilidades dos indivíduos, de modo que um trabalhador com capital humano  $h(t)$  é o equivalente produtivo de dois trabalhadores cada um  $1/2h(t)$ , ou metade de um trabalhador com  $2h(t)$ ”. Em outras palavras, o capital humano é a um só tempo fator de acumulação e base do crescimento.

Dentre as recomendações da teoria econômica para o desenvolvimento local, pode-se notar uma tendência a priorizar investimentos em capital humano, como forma de garantir o fluxo gerado na economia, sob a égide do capitalismo industrial. Mesmo os defensores ferrenhos do liberalismo, a exemplo de Smith, flexibilizavam nesse sentido. Smith dedica todo o seu “Livro quinto” de sua obra máxima, *A Riqueza das Nações*, publicada pela primeira vez em 1776, à análise descritiva das finanças públicas, e toma como ponto de partida os investimentos necessários ao pleno desenvolvimento do sistema, consubstanciados nas obras públicas (infra-estrutura) e

no capital humano (educação de jovens e cidadãos de todas as idades).

Keynes, que contrapunha com a corrente liberalista, não explicita sua preocupação com o capital humano, mas ressalta a importância da intervenção do Estado em setores a ele selecionados, como forma de corrigir alguns distúrbios gerados no seio do capitalismo. Segundo Riani (2001, p. 21), para Keynes,

caberia ao Estado tomar certas decisões de controle da moeda, do crédito e do nível de investimentos, com o objetivo de eliminar grandes males econômicos de seu tempo (desigualdade de riqueza, desemprego, decepção de expectativa dos empresários, redução da eficiência e da produção), frutos do risco e das incertezas, da ignorância e da especulação financeira.

As mudanças tecnológicas que ocorreram a partir dos anos 80 na microeletrônica, informática e nas telecomunicações estão sendo espalhadas por toda atividade econômica. Esse novo paradigma tecnológico também contribuiu para aprofundar o processo de desregulamentação comercial e financeira entre os países. Esse contexto levou à formação de grandes blocos comerciais, os quais exigem dos países novos padrões de competitividade para enfrentar o acirramento da concorrência no mercado internacional, dentre os quais o acúmulo de capital humano tem se constituído como fator indispensável.

A teoria do capital humano surgiu na década de 60, com o trabalho pioneiro do economista Theodore Schultz. Perseguindo a problemática já levantada por economistas da corrente neoclássica convencional, esse teórico reitera a importância dos recursos humanos, na forma de habilidades e conhecimentos, como variáveis determinantes do processo de desenvolvimento econômico (REZENDE, 2001).

Essas variáveis, por sua vez, representam um mecanismo de geração de rendimentos futuros (retorno dos investimentos). Os investimentos em capital humano podem ser vinculados à educação, à saúde e ao treinamento no local de trabalho. A melhoria das condições de saúde, o acesso a moradias e à alimentação são medidas que, comprovadamente, elevam o padrão de vida da população, com repercussões positivas na qualidade de vida e do desempenho no trabalho de cada indivíduo.

A nova teoria repercutiu mundialmente, sobretudo nos países de Terceiro

Mundo, em razão das deficiências próprias do modelo de desenvolvimento associado e dependente. Essa teoria mostrou-se viável como alternativa rumo ao desenvolvimento, mas considerava apenas a educação como força motriz desse processo (TABAJARA, 2005). Embora algumas correntes contestem o fator educação como determinante da valorização da força de trabalho, nos anos de 1980-90, sob a égide da doutrina neoliberal, essa interface tornou-se mais evidente.

A “terceira revolução industrial” tem promovido intensas transformações nos processos de produção, na gestão de empresas e/ou indústrias, no mercado de trabalho e de produto, nas estratégias de investimentos, na localização dos empreendimentos e nas concepções de desenvolvimento regional. Com isso, tem-se um movimento global da economia caracterizado pelo aparecimento de novas tecnologias e desregulamentação nos mercados real e financeiro. Nesse contexto, o capital humano tende a assumir uma valorização sem precedentes, pois o atual sistema produtivo exige um aporte de capital (físico e humano) que pressupõe maior retorno das inversões (WANDERLEY, 2005).

Esses atributos têm implicações diretas com a disponibilidade de capital humano, sob pena da permanência da condição de subdesenvolvimento adensado no contexto da dinâmica capitalista. Isso porque a absorção de novas tecnologias depende de um nível mais elevado de escolaridade e capacidade para adquirir novos conhecimentos. O aumento da produtividade tem uma contrapartida na elevação dos rendimentos da população. Rezende (2001, p. 328) explica essa relação a partir de estimativas do IPEA, que prevê, como já dissemos anteriormente, um aumento gradual nos rendimentos em função de cada ano adicional de estudo. Segundo os resultados encontrados, esses rendimentos tendem a se elevar em torno de 14,6%, sendo que da 1ª a 4ª séries crescem 8,8% a.a.; a partir da faculdade, crescem 21,3% a.a.

Os benefícios vinculados ao acúmulo de capital humano não afetam somente as variáveis econômicas, mas também os indicadores sociais. Essa modalidade de capital, sob a ótica da educação, tende a promover a equidade, a mobilidade social, a redução da pobreza e da taxa de mortalidade infantil, a redução do crescimento populacional, o aumento da renda *per capita* e o aumento das exportações de

produtos manufaturados (LOPES, 2003).

Assim, buscando estender essa tendência para o caso de Vitória da Conquista, importante vetor de crescimento e desenvolvimento regional, já que comporta uma parcela substancial do movimento de migração, observa-se que a política educacional vem produzindo efeitos multiplicadores perceptíveis na composição dos indicadores socioeconômicos locais.

**Tabela 04:** Variação do PIB nos 10 maiores municípios baianos.

Municípios	1980	1991	2000	Variação 2000 - 1991 (%)
1 - Salvador	39.823.807	67.037.261	102.810.608	(34,7%)
2 - Feira de Santana	5.218.446	9.363.894	15.399.016	(39,1%)
3 - Vitória da Conquista	2.511.538	4.564.718	7.492.927	(39,0%)
4 - Itabuna	2.604.758	4.333.902	6.339.725	(31,6%)
5 - Ilhéus	1.984.127	4.208.787	6.289.751	(33,0%)
6 - Juazeiro	1.692.623	2.720.452	4.988.208	(45,4%)
7 - Camaçari	1.294.331	2.236.268	4.694.261	(58,1%)
8 - Alagoinhas	1.629.004	2.615.421	4.122.013	(36,5%)
9 - Lauro de Freitas	478.380	1.551.281	4.089.305	(62,0%)
10 - Jequié	1.586.923	2.692.363	4.022.386	(33,0%)

**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - IPEADATA (*apud* Dourado, 2006).

## CAPÍTULO 6

### 6. EXTERNALIDADES POSITIVAS GERADAS PELA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

#### 6.1 CONCEITO DE EXTERNALIDADES

Conforme já visto, o acentuado crescimento na economia local, que tem como um de seus fatores mais importantes a instalação das IES públicas e privadas, remete diretamente ao conceito de *Externalidades*. Conforme Varian (*apud* CONSTANTI, 1992), quando uma ação de um agente afeta diretamente as condições de vida de outro agente, positiva ou negativamente, tem-se a representação de uma externalidade. Pode-se citar como exemplo elucidativo a poluição atmosférica causada por uma indústria de aço, que pode afetar diretamente a produção de vidros finos de uma fábrica situada geograficamente próxima à anterior, representando, assim, uma externalidade negativa. Já Santos (2004, p.480) diz que o conceito de externalidade está diretamente relacionado à noção de espaço geográfico:

Existem, em qualquer local, externalidades positivas e externalidades negativas. Quando uma externalidade é positiva se tem uma fonte de economia externa, também chamada de efeito de transbordo ou efeito de vizinhança (*neighbourhood*). Quando a externalidade é negativa se tem uma deseconomia externa, normalmente relacionada a aspectos ambientais – poluição, engarrafamentos, etc.

Analisando-se tal conceito, pode-se perceber que a idéia de externalidades serve perfeitamente para ilustrar o fenômeno de crescimento econômico em Vitória da Conquista, onde tais externalidades, pelo que veremos a seguir, podem ser classificadas de uma forma positiva, já que se criam vários investimentos nos diversos setores da economia local.

Sendo assim, faremos a seguir uma exposição dos principais setores (transportes, construção civil e imobiliário) que notoriamente se beneficiaram com a expansão das IES em Vitória da Conquista.

## 6.2 ORIGEM E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O crescimento do ensino superior no país, e mais precisamente no município de Vitória da Conquista, só foi possível através da flexibilização das leis que regulamentam o setor. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 avançou no tocante à criação das novas formas jurídicas dos Centros Universitários e das Faculdades Integradas, facilitando a implantação das mesmas com maior liberdade e também a ampliação da oferta de cursos (ALMEIDA, 2006).

É inegável que as IES (Instituições do Ensino Superior) dinamizaram a economia do município de Vitória da Conquista. Lopes (2003) afirma que, por meio do ensino superior, acontece não somente o desenvolvimento das suas atividades correlacionadas (ensino, pesquisa e extensão) como uma dupla recompensa à sociedade:

primeiro pela formação profissional, promoção de atividades culturais e desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, com incremento do capital humano local [...] Segundo, essa recompensa se dá com a renda injetada na economia local com os gastos relacionados ao funcionamento dessas instituições (LOPES, 2003).

Lopes (2003) afirma que a estratégia de desenvolvimento fundamentada na formação de um cluster de ensino superior tem a vantagem de agregar vários elementos importantes para o desenvolvimento regional/local. Alguns elementos seriam: forças sociais, econômicas e culturais locais, grande número de pequenas e médias empresas locais ramificadas por diversos setores e subsetores, grande poder de multiplicação da renda local, retenção do excedente (ao evitar a emigração de alunos para outras cidades), atração de excedentes (alunos de outros municípios passam a estudar na instituição local), além da exportação de serviços.

Esse crescimento, de acordo com Rocha (2004), decorre também do espírito empreendedor das pessoas envolvidas no processo, que fazem leitura de cenários e percebem as oportunidades do mercado, provenientes das deficiências de serviços oferecidos e da urgência do público alvo, principalmente estudantes universitários, na utilização dos mesmos.

Atualmente, Vitória da Conquista dispõe de 6 IES, sendo 3 públicas (UESB, UFBA, CEFET) e 3 privadas (FAINOR, FTC, JTS), oferecendo um total de 7.982 vagas em diversos cursos. A cidade desponta como a mais promissora no setor de serviços de ensino na região Sudoeste da Bahia.

A população do ensino superior, em 2007, é de 9.293 alunos assim distribuídos: a maior concentração de alunos está na UESB (Campus de Conquista), com 4.326 alunos. Em seguida, a FTC, com 2.925 alunos, a FAINOR com 1.157; o JTS tem 495 alunos, a UFBA conta com 240 alunos e, finalmente, o CEFET, que conta com 150 discentes. Não está computado o universo de alunos que fazem o ensino superior a distância, em convênio com colégios particulares da cidade como o Perspectiva e Opção.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia origina-se das antigas faculdades de formação dos professores de Vitória da Conquista e Jequié, cuja principal meta era a interiorização do ensino superior no estado da Bahia (cf. LOPES, 2003). O primeiro curso implantado foi o de Letras, em 1971, no campus de Conquista e os de Ciências e Letras em Jequié, em 1972, todos de licenciatura curta.

A autorização de funcionamento da UESB em sistema multicampi (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga) foi realizada em 1987. A partir do final da década de 90, houve um crescimento substancial no que tange os cursos ofertados, culminando com a implantação do curso de Medicina, desejo de toda a comunidade regional. Mais recentemente, houve inclusão de outros cursos, além do de Medicina: Odontologia, Engenharia Ambiental e Florestal.

Atualmente a UESB oferece 35 cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento e 30 cursos de pós-graduação nos seus três campi.

A Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) iniciou suas atividades em 2000, oferecendo inicialmente 400 vagas no curso de Administração, com quatro habilitações distintas (Agronegócios, Recursos Humanos, Gestão de Negócios e Marketing). A partir do ano 2003, houve avanços expressivos, pois o número de matrículas pulou para 1300, sendo que 300 são alunos oriundos de outros municípios; nesse intervalo de tempo, foram oferecidos mais cinco cursos de

graduação. Atualmente, a instituição oferece 11 cursos de Graduação e 11 de Pós-graduação, e o número de matrículas foi de aproximadamente 3 000 alunos no último semestre de 2007.

Já faculdade de Ensino Superior Juvêncio Terra (JTS) foi a primeira faculdade privada instalada no município. Tem sua origem em uma escola tradicional da cidade (Educandário Juvêncio Terra), que atende do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, desde 1946. Suas atividades tiveram início no ano 2000, oferecendo inicialmente 150 vagas nos cursos de Administração e Secretariado. No ano de 2003, o número de matriculados aumentou para 320, sendo que 90 alunos pertencem a outros municípios.

Em 2006, a Instituição contabilizou aproximadamente 500 matrículas, passando a oferecer 5 cursos de Graduação, em 2007. Em relação ao curso de Pós-graduação, a faculdade conta com 6 cursos (Gestão Empresarial, Psicologia da Saúde, Comunicação e Marketing Pessoal, Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Gestão de Pessoas e Gestão Pública).

A FAINOR, que iniciou suas atividades em 2001, com os cursos de Administração em Agroindústria e Engenharia da Computação, nasceu a partir de um curso Pré-vestibular da cidade (Opção). Em 2003, foram oferecidos os cursos de Direito e Ciências Contábeis, sendo efetuadas 1000 matrículas. O panorama em 2007 é similar, pois não houve oferecimento de novos de cursos ou ampliação de vagas.

Observa-se, a partir dos dados acima expostos, que houve um forte aumento no número de cursos oferecidos entre meados de 2000 a 2007, resultado da demanda de estudantes oriundos de outros municípios e do acentuado crescimento no setor educacional.

Segundo Brito (2005), as IES podem se transformar em vetores de desenvolvimento da economia local, produzindo empregos, renda e tributos; além disso, as IES também são captadoras de recursos nacionais e até mesmo internacionais, com investimentos gerando externalidades que impactam na economia local.

### **6.2.1 – IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO PÓLO EDUCACIONAL NA ECONOMIA CONQUISTENSE (EXTERNALIDADES POSITIVAS)**

A instalação das IES em Vitória da Conquista trouxe não só a expansão do serviço para a comunidade local e cidades circunvizinhas, mas também dinamizou a economia local, causando um impacto positivo em alguns setores, principalmente o de serviços.

A movimentação de recursos financeiros por meio de pagamentos dos salários de professores e funcionários, dos investimentos em obras e equipamentos, os gastos dos alunos com pagamentos de mensalidades e outras despesas adicionais constituem um conjunto de fatores que passaram a exercer um efeito multiplicador sobre as atividades locais (cf. LOPES, p. 2003).

Dentre os setores beneficiados com a instalação das IES em Vitória da Conquista, a construção civil é uma das mais prósperas. Vitória da Conquista tornou-se um verdadeiro “canteiro de obras”, de acordo o levantamento do CREA-BA. Outros empreendimentos (shopping, restaurantes, bares) e de entretenimento (realizações de eventos, como o vestibular da UESB, festival de inverno, exposição agropecuária) se destacam. Vale registrar que até mesmo o setor informal – como transporte alternativo, pensionatos, fornecimento de refeição, lan house e uso da fotocopadora – cresceram substancialmente, devido à grande demanda, representada principalmente pelo estudantes universitários.

Segundo dados da assessoria de comunicação da UESB, o vestibular realizado anualmente no mês de janeiro e, excepcionalmente, em fevereiro no ano de 2008, movimenta todo o setor de serviços no município durante a sua realização. Os setores mais beneficiados são os de hotelaria, restaurantes e bares. Os hotéis, pensionatos e pousadas registram um aumento de 90% nas reservas nesse período.

No ano de 2007, registrou-se 16.732 inscritos no Vestibular da UESB, dentre os quais 16.151 eram oriundos da Bahia e os demais de todas as regiões do Brasil. Nesse mesmo ano, 1330 pessoas – entre fiscais, coordenadores, enfermeiras, médicos e pessoal de apoio – trabalharam diretamente em função do Vestibular.

Vale registrar o constante crescimento de inscritos no vestibular da

instituição que, de acordo com Lopes (2003), mostra uma maior aceitação da universidade na comunidade regional e, por outro, um enorme potencial para o crescimento da UESB. A projeção da universidade na comunidade não se deu aleatoriamente. Anualmente a UESB realiza diversos projetos de extensão - oficinas, seminários, palestras e prestação de serviço - principal porta de relacionamento entre a universidade e a sociedade. No ano de 2007, foram mais de 200 projetos realizados, conforme informações da Gerência de Extensão da Instituição, beneficiando várias cidades circunvizinhas.

O Shopping Conquista Sul, inaugurado em Outubro de 2006, está localizado na Avenida Juracy Magalhães, no lado sul da cidade, tendo como intuito atender à enorme demanda da população de Vitória da Conquista à procura de entretenimento. Possui uma área construída de 11.703m<sup>2</sup>, envolvendo parcerias privadas - como a Ciclo Empreendimento Turísticos e Imobiliários e a Prates Bonfim Engenharia - e também parcerias públicas financiadoras deste projeto (Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste). Esse empreendimento dispõe atualmente de 49 lojas, sendo formada por duas âncoras: as lojas de departamento Americanas e a Riachuelo; um Multiplex Moviecom, que conta com três salas de cinema Stadiums; praça de alimentação, que agrega marcas Nacionais, como o Bob's Lanches, Bonaparte e marcas regionais, como a pizzaria Della Mama e o bar Boca de Forno. O shopping dispõe de um estacionamento para 1500 veículos.

Atualmente, o Shopping Conquista Sul gera cerca de 1050 empregos diretos e, de acordo com a administração, estima-se que, no período de um ano, sofra uma ampliação, agregando novas lojas e um HiperMercado. Essa ampliação é uma prova de que o empreendimento já colhe frutos, apesar das dificuldades iniciais enfrentadas pela direção, pois a população conquistense ainda não possui hábito de lazer como o shopping, de acordo a assessoria do empreendimento. Outro dado importante foi a valorização dos terrenos e casas em torno deste empreendimento, especificamente no bairro Morada dos Pássaros, em mais de 100%, de acordo a MR Imóveis.

Outro dado fornecido pela administração do shopping é que a maior parcela

da clientela é formada por jovens entre 12 a 25 anos, seguindo tendência mundial deste tipo de negócio.

O Festival de Inverno Bahia, cujos objetivos são a valorização da cultura e a reunião, em um só espaço, de música, diversão e entretenimento, foi idealizado pela Rede Bahia de Televisão, gerenciado pela Incontent Entretenimento, juntamente com a TV Sudoeste e parcerias significativas, como a Vivo, Unimed, Revani, Uesb, Bradesco, Silva Calçados, Coopmac, Nova Schin e, mais recentemente, o Colégio Oficina. A primeira edição aconteceu em agosto de 2005, atendendo ao anseio crescente de toda uma comunidade carente deste tipo de evento com qualidade, com presença de artistas e bandas do cenário nacional, trazendo repercussão positiva, não somente no estado da Bahia, como vinculações do evento em nível nacional e reportagens em programas de jornalismo de uma grande rede de televisão, levando o nome da cidade para todo o país.

A segunda edição aconteceu em 2006, representando a consolidação do projeto. Um relatório de pesquisa realizado pelo Núcleo de Pesquisas do Curso de Turismo da FTC, em parceria com a Projetu Consultoria em Turismo (PROJETU) realizada no mesmo ano, mostra que 43,41% do público são constituídos por estudantes, dentre os quais 54,99% são de nível superior.

Outro número que chama atenção é que 35,13% do público é composto de turistas, na maioria oriundos de Salvador (25,9%) e de cidades próximas, como Itapetinga (11,9%) e Jequié (6,5%). Pessoas de outros estados são também atraídas pelo evento, como São Paulo (3,7%) e Belo Horizonte (3,4%). Os números revelaram ainda que 93,41% dos entrevistados pretendiam voltar ao festival em 2007.

Segundo levantamento realizado pelo departamento de marketing da TV Sudoeste, a edição de 2007 do Festival teve a presença de 43 stands, incluindo uma pista de patinação de gelo com know how do Rio de Janeiro (que ficou mais de 1 mês devido à alta procura, fazendo parcerias com colégios de ensino médio particulares para explanação de aula em campo nas áreas de Física e Química), rede de fast food, restaurantes e bares, gerando, direta e indiretamente, cerca de 1000 empregos e ocasionando um movimento significativo na rede hoteleira da cidade, de táxi,

transporte coletivo e o mercado informal.

A região Sudoeste compreende uma das mais expressivas zonas de criação do bovino, eqüino, ovino e caprino da Bahia e, no setor agrícola, é a maior produtora de café do estado. Pelo fato de a cidade ser o pólo na região Sudoeste, surgiram diversas entidades, dentre as quais destaca-se a COOPMAC (Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense), no setor agropecuário, e que, desde 1966, realiza a Exposição Agropecuária, atraindo inúmeros agropecuaristas, introdutores de novas tecnologias de várias partes do Brasil, como importantes parceiros como a SEAGRI, SICM, SEBRAE, dentre outros. Por essa razão, a Expo-conquista já faz parte do calendário de grandes eventos da cidade e é realizada anualmente, no mês de março.

O evento atrai um público de mais de 120 mil pessoas durante todo o evento, movimentando os serviços de hotelaria, bares, restaurantes e transportes da cidade. No ano de 2006, por exemplo, proporcionou um movimento financeiro na ordem de 20 milhões de reais, segundo a COOPMAC.

Há cinco anos, a exposição agropecuária foi elevada pela Secretaria da Agricultura a nível nacional e há quatro é realizada, concomitantemente ao evento, a Feira da Coopmac/Sebrae, incluindo os médios e pequenos empresários da região, totalizando no ano de 2007, 166 stands geraram centenas de empregos, dos quais muitos temporários.

Uma pesquisa realizada pela COOPMAC em 2006 revela que 90,6% dos expositores demonstraram interesse em voltar aos eventos futuros e que 75% aproveitaram para realizar negócios, além de expor os seus produtos.

Embora possua um cunho de negócios, a Expo-conquista representa uma grande área de entretenimento, valorizando a cultura regional e atraindo um grande contingente de jovens nas suas dependências.

A partir de 1997, foi implantado pelo poder municipal, de acordo Araújo (2004), o Programa Permanente de Melhoria do Sistema de Transporte Coletivo Urbano. Até então, apenas uma empresa operava, Viação Conquistense (VCL) e de forma precária, pois não atendia às necessidades básicas da população (número limitado de linhas e frota envelhecida).

Em 1999, o monopólio foi quebrado. A empresa Passaredo, ganhadora de uma licitação, passou a operar conjuntamente com a VCL. Em 2000, a empresa Serrana (com sede em Botucatu-SP) substituiu a VCL, havendo em pouco tempo uma melhoria tanto qualitativa, quanto quantitativa dos serviços prestados, entre os quais se destacam a renovação da frota, o aumento de linhas e de veículos.

A gestão municipal do sistema de transporte coletivo de Vitória da Conquista passou a ser realizada, a partir de 2003, pelo SIMTRANS (Sistema Municipal de Transporte e Trânsito), órgão responsável pelo gerenciamento do sistema de transporte e pela municipalização do trânsito.

A estrutura de mercado do transporte coletivo do município, de acordo Vasconcellos (2000), pode ser definida como um duopólio ou monopólio geográfico, uma vez que duas empresas, a Serrana e a VDC (antiga Passaredo), operam em linhas estabelecidas pela Prefeitura Municipal, através de negociações com cada uma das partes isoladamente.

Mais recentemente, no final do ano de 2007, a empresa Passaredo passou a sua concessão para a empresa Vitória, com sede em Amparo-SP, mantendo basicamente a mesma estrutura. Atualmente, esta empresa emprega 320 pessoas, sendo que 70% do quadro de funcionários são de motoristas e cobradores e os demais cargos são da área de administração, oficina e pessoal de apoio.

A empresa Serrana conta com 330 funcionários, possuindo a mesma estrutura da sua concorrente.

**Tabela 05:** Quadro do crescimento do transporte urbano em Vitória da Conquista

ANO	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS							MÉDIAS
	ESCOLAR	%	VALE TRANSPORT E	%	INTEGRA L	%	TOTAL	
1997	2.288.467	13,35%	5.263.680	30,71%	9.590.215	55,94%	17.142.362	17.142.362
1998	4.327.969	21,79%	5.175.630	26,06%	10.355.314	52,14%	19.858.913	18.500.638
1999	3.759.538	18,02%	5.291.674	25,37%	11.806.679	56,61%	20.857.891	19.286.389
2000	3.579.748	15,06%	5.691.691	23,94%	14.505.613	61,01%	23.777.052	20.409.055
2001	4.769.412	20,12%	6.224.637	26,26%	12.706.364	53,61%	23.700.413	21.067.326
2002	5.152.184	21,41%	6.605.729	27,45%	12.308.767	51,14%	24.066.680	21.567.219
2003	5.273.379	22,56%	6.994.796	29,92%	11.110.640	47,52%	23.378.815	21.826.018
2004	5.456.101	22,73%	7.271.516	30,30%	11.273.219	46,97%	24.000.836	22.097.870
2005	5.703.124	23,47%	7.538.739	31,03%	11.053.781	45,50%	24.295.644	22.992.031
2006	6.587.949	27,80%	8.168.646	34,47%	8.938.658	37,72%	23.695.253	22.477.386
2007	6.208.858	27,64%	8.894.583	39,60%	7.355.219	32,75%	22.458.660	22.458.660
<b>TOTAL</b>	<b>46.897.871</b>	<b>20,86%</b>	<b>64.226.738</b>	<b>28,57%</b>	<b>113.649.250</b>	<b>50,56%</b>	<b>224.773.859</b>	<b>100,00%</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>4.689.787</b>		<b>6.422.674</b>		<b>11.364.925</b>		<b>22.477.386</b>	

Fonte: SIMTRANS, 2007.

Analisando-se a tabela 1, percebe-se que houve um crescimento significativo na ordem de 187,87% entre os anos de 1997 (2.288.467) e 2006 (6.587.949) no pagamento da tarifa através do passe escolar, e este aumento coincide com o período de expansão do Ensino Superior no município. Houve uma sincronia do poder público municipal e os setores privados de transporte, no que se refere ao aumento da demanda de novas linhas e veículos. No ano de 2007, houve uma queda de 5,75% no recebimento da tarifa via passe escolar, de acordo a SIMTRANS. Esse fenômeno ocorreu devido ao longo período de greve por parte dos professores na rede estadual de ensino.

Outra constatação importante é o aumento da emissão de vale-transporte, significando um crescimento dos postos de trabalho, sobretudo no setor terciário neste mesmo período, de acordo com a SEI.

Atualmente, o sistema conta com 37 linhas, sendo que 12 delas passam pelas Instituições de Nível Superior. Dos 123 veículos da frota operacional (11 representam a frota reserva), 41 atendem a linhas universitárias, um número relevante, mostrando a importância dos universitários na clientela total. Outro dado importante é que a Empresa Serrana dispõe de 60 veículos e a Vitória possui 66 veículos (Ver Tabela 06).

A partir do primeiro semestre de 2008, de acordo a SIMTRANS, as empresas terão que efetuar a troca dos 10 veículos mais velhos por novos, reduzindo a idade da frota de 6,47 anos para 5 anos, além da ampliação da frota em 5 ônibus, contando com 13 veículos dotados de elevadores hidráulicos para deficientes em relação a frota total.

Diante do exposto, observa-se um notório crescimento no setor de transportes coletivos tanto na quantidade como na qualidade dos serviços prestados ao longo desta última década. Com isso, pode-se também afirmar que devido ao aumento da demanda de estudantes das IES, ocorreu neste processo uma externalidade positiva, gerando renda e emprego em torno deste fenômeno.

**Tabela 06:** Linhas de transporte urbano em Vitória da Conquista

Item	Cód.	Linha			FROTA				
					D.Ú.	REF.	* MÁX.	SÁB.	DOM.
1	R01	VILAS SERRANAS / Centro			06	00	06	06	04
2	R02	CIDADE MARAVILHOSA / Centro			04	00	04	04	04
3	R03	PRADOSO / Centro			02	00	02	02	02
4	R04	SANTA MARTA / Centro			01	00	01	01	01
5	R05	BRUNO BACELAR / Centro			02	00	02	02	02
6	R06	SENHORINHA CAIRO / Centro			02	00	02	02	01
7	R07	NOVA CIDADE / Centro			02	00	02	02	02
8	R08	HENRIQUETA PRATES / Centro /UESB			02	01	03	02	02
9	R09	UESB / Centro			03	00	03	00	00
10	R10	CAMPINHOS / Centro			03	00	03	03	02

11	R11	CONVEIMA I / Centro **			02	00	02	02	01
	R11a	CONVEIMA I / Centro (via Av. F. Benjamin)			01	00	01	01	01
12	R12	PATAGÔNIA / Centro			05	00	05	05	03
	R12a	KADIJA / FEIRINHA			00	00	00	00	01
13	R13	GUARANI / Centro			02	00	02	02	01
14	R14	JARDIM VALÉRIA / Centro			02	00	02	02	02
15	R15	MORADA REAL / Centro			02	00	02	02	02
16	R16	CONQUISTA VI / Centro			02	00	02	02	02
17	R17	LAGOA DAS FLÔRES / Centro			03	00	03	03	02
18	R18	BOA VISTA / Centro (via Vila América)			01	00	01	01	01
19	R19	RODOVIÁRIA / Centro			06	00	06	06	05
	R19a	RODOVIÁRIA / Centro (via Sta. Helena) **			02	00	02	02	02
20	R20	CANDEIAS / Centro			02	00	02	02	02
21	R21	SHOPPING C. SUL / Centro (via Ibirap. e B. Brasil)			02	00	02	02	02
22	R22	MORADA DOS PÁSSAROS / Centro			02	00	02	02	01
23	R23	VILA AMÉRICA / Centro			02	00	02	02	02
24	R24	CRUZEIRO / Centro			01	00	01	01	01
25	D30	VILAS SERRANAS / UESB			08	00	08	06	03
26	D31	BRASIL / UESB			05	00	05	05	02
27	D32	N. Sra. APARECIDA / UESB			04	00	04	04	03
28	D33	CONQUISTA VI / UESB			06	01	07	05	04
29	D34	PATAGÔNIA / UESB			04	01	05	02	01
30	D35	RODOVIÁRIA / UESB			02	00	02	02	01
31	D36	MORADA DOS PÁSSAROS / UESB			02	00	02	02	01
32	D37	VILAS SERRANAS / UESB (via B. Brasil)			02	00	02	02	00
33	D38	ALTO MARON / SHOPPING C. SUL			03	00	03	03	03
34	P50	CONQUISTA VI / VILAS SERRANAS			05	02	07	05	05
35	P51	CIDADE MARAVILHOSA / UESB			02	00	02	02	01
36	P52	CONQUISTA VI / UESB (via Av. L.E.M.) **			02	00	02	02	00
37	E60	CANDEIAS / Shopping C. Sul (via Av. L.E.M.) ***			01	00	01	01	01
<b>FROTA OPERACIONAL</b>					<b>110</b>	<b>05</b>	<b>115</b>	<b>102</b>	<b>76</b>
<b>FROTA RESERVA</b>					<b>11</b>			<b>24</b>	<b>50</b>
					<b>126</b>			<b>126</b>	<b>126</b>

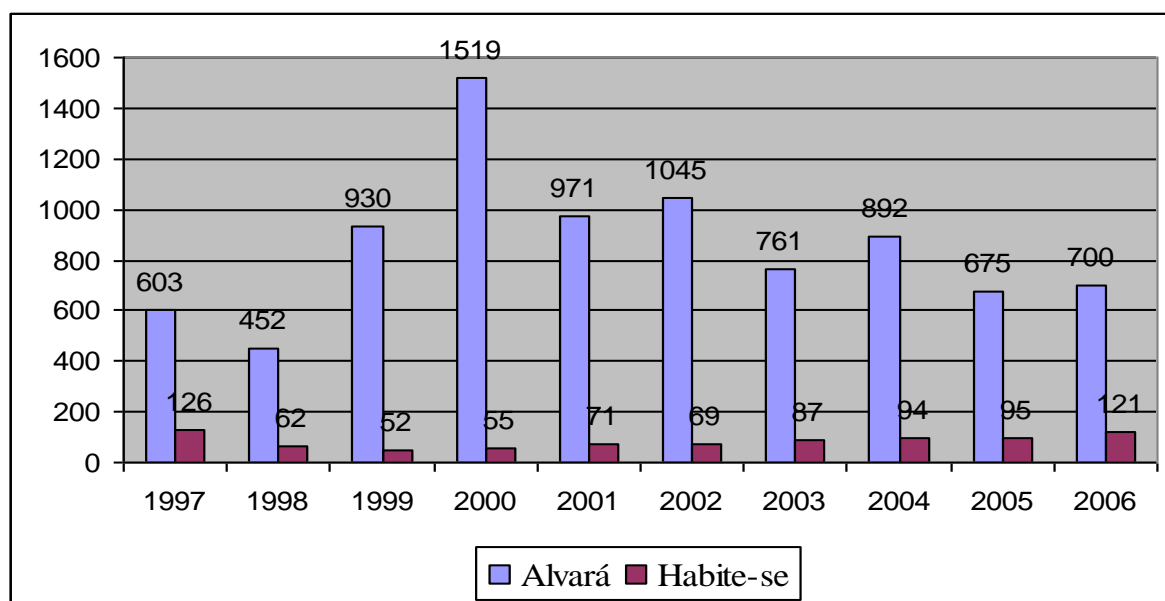
## FROTA TOTAL

\* Frota máxima de dia útil.

\*\* Linhas operadas com um ônibus e um microônibus.

\*\*\* Linha operada com 01 (um) microônibus.

### 6.2.7 MERCADO IMOBILIÁRIO



**Figura 1:** Emissão de Alvará e Habite-se.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006.

A figura 1 mostra a emissão de alvarás e habite-se<sup>3</sup> de 1997 a 2006. Percebe-se que houve um aumento significativo, a partir de 1999, e uma explosão de liberação de licenças em 2000 (aumento aproximado de 151,90% em relação ao ano de 1997), ficando claro que os investidores visualizaram um cenário favorável para construir, sobretudo, obras verticais, mediante a grande demanda de alunos, professores e pessoal da área da saúde.

Pode-se afirmar que um dos setores mais impactados pelo aumento das vagas oferecidas pelas IES e, conseqüentemente, pela chegada de novos alunos de outras regiões em busca do serviço, foi o setor imobiliário que, nos últimos anos, obteve um

<sup>3</sup> O termo habite-se é utilizado quando a obra está liberada pelos órgãos fiscalizadores da prefeitura para moradia, atendendo a todas as exigências das normas técnicas.

surpreendente salto, no que diz respeito ao valor tanto para venda como para locação dos imóveis, principalmente daqueles localizados próximos ao centro da cidade e próximos das faculdades que se instalaram em locais estratégicos, buscando uma gama de clientes com um maior poder aquisitivo e que possam pagar pelos serviços prestados.

Neste contexto também se pode observar que os investimentos privados com as instalações, tanto da FAINOR quanto da FTC, foram cruciais para o repentino aumento nos valores dos aluguéis e dos imóveis daquela localidade onde as IES foram instaladas. A FAINOR, localizada na Avenida Luiz Eduardo Magalhães, fez com que a urbanização do bairro Alto das Candeias e adjacências fosse acelerado.

De acordo dados de Flaucices Junior (2006), através de imobiliárias que comercializaram e ainda comercializam imóveis nas localidades citadas, pode-se notar que os preços praticados antes da instalação da FAINOR eram bem menores que os praticados atualmente. Quando o loteamento foi aberto e posto à venda, lotes de 360m<sup>2</sup> (12x30) custavam em torno de R\$ 15.000,00; atualmente, o preço varia entre R\$ 40.000,00 e R\$ 50.000,00 nos mesmos lotes, ou seja, o preço dos lotes sofreu um aumento de até 300%. Não podemos afirmar que a valorização destes imóveis foi única e exclusivamente devido à instalação da FAINOR, mas é possível afirmar que, em grande parte, esta valorização tem o efeito positivo por parte desta instalação.

No caso da FTC, no final do ano 2000, a faculdade adquiriu um prédio no bairro recreio, onde anteriormente funcionava o seminário de Fátima (escola de padres). Naquela localidade, onde já havia construções de residências, pode-se notar que os preços dos aluguéis sofreram um aumento considerável se comparados com os preços praticados antes da instalação da FTC. Também foram construídos pequenos apartamentos no intuito de alugar para estudantes oriundos de outras cidades.

O Bairro Recreio pode se beneficiar não só com a instalação da FTC, mas também com a instalação do JTS que, em 2000, começou a funcionar como faculdade, instalada em parceria com o Educandário Juvêncio Terra, instituição privada de ensino médio de grande tradição na cidade que, em 2006, completara 60 anos de

funcionamento.

Desta maneira, o impacto positivo nos preços dos aluguéis e dos imóveis à venda nessas localidades sofreram variações, não só em função da boa localização dos bairros citados, mas principalmente em função destas instalações das IES que impulsionaram os preços para cima.

A crescente demanda por imóveis para locação é uma função direta em relação ao número de estudantes que vêm de outros municípios em busca do ensino superior. Dessa maneira, pode-se afirmar que a cidade não dispunha de uma oferta suficiente de imóveis para locação.

Sobre os imóveis para locação, a pesquisa realizada com as imobiliárias aponta que, em média, 35% das locações na cidade são destinadas a estudantes. Desses imóveis, 30 % são casas e 70% são apartamentos. A média de preço dos aluguéis para estudantes varia em torno de R\$ 400,00 (entre R\$ 350,00 e R\$ 450,00). Uma característica que reforça a valorização dos imóveis situados juntos às IES é que a procura de imóveis para locação por estudantes (70%) é concentrada nos bairros Candeias/Recreio, 5% no bairro Brasil, 5% Guarani/Alto Maron e 20% no centro da cidade (OLIVEIRA, 2006.)

O Colégio Oficina - renomada instituição de ensino fundamental e médio, com sede em Salvador, e cuja existência completou 12 anos, através de professores ligados ao movimento sindical e ao teatro Oficina (local de apresentação de textos críticos e polêmicos na década de 60) - inaugurou recentemente uma de suas unidades no município de Vitória da Conquista, com investimento previsto de R\$2.500.000, tendo como principal financiador o Desenbahia. Este valor foi distribuído, na sua maior parte, na estrutura física, marketing e contratação de funcionários. Esta unidade escolar abriu 46 postos de trabalho para professor e mais uma centena entre a administração, direção e equipe de apoio.

O Oficina também acirrou a competitividade entre os colégios de ensino médio, como também os cursinhos pré-vestibulares. Alguns acontecimentos podem ser notados, como a parceria realizada entre o COC e o IST (Instituto São Tarcísio) no ano de 2006, cujo objetivo principal é realizar o intercâmbio de conhecimento e

gerencial entre as duas instituições.

Outras escolas investiram na melhoria de suas estruturas físicas, bem como na capacitação de seus docentes e em campanhas publicitárias mais ousadas, como o colégio Sacramentinas e o Educandário Juvêncio Terra.

Uma tendência notada pelas direções destas instituições, nos últimos anos, é o aumento significativo no número de matrículas de alunos oriundos de outras cidades, como Itambé, Itapetinga, Poções e do oeste da Bahia, como Caculé, Caetité, Guanambi e Abaíra. Estima-se que aproximadamente 30% do total de alunos matriculados sejam de outros municípios, cujo percentual aumentou 35% nos cursinhos pré vestibulares Opção e Sêneca.

Através desses dados, comprova-se que o sistema educacional de Conquista, além de diminuir substancialmente a saída de alunos para outros centros como Salvador e Belo Horizonte, vem atraindo estudantes de outros municípios, gerando um efeito multiplicador, pois os mesmos consomem diversos itens, como moradia, alimentação, transporte, xerox, lan house dentre outros, fomentando inúmeros negócios e empregos diretos e indiretos.

Outro aspecto importante é que a cidade enriquece qualitativamente em toda a sociedade, pois todo o aprendizado é repassado para a mesma.

**Tabela 07:** Dados das escolas privadas de Vitória da Conquista

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Pré-Escolar	Total
<b>Alunos Matriculados</b>	8155	1656	4847	<b>14658</b>
<b>Número de Escolas</b>	63	11	80	<b>154</b>
<b>Total de Docentes</b>	514	190	286	<b>990</b>

**Fonte:** IBGE, 2006

**Tabela 08:** Dados das Escolas Estaduais - Evolução nas Matrículas de 2000 a 2006

ANO	Nº DE MATRICULAS - ENSINO MÉDIO
2000	10300
2001	11107

2002	13412
2003	14394
2004	16267
2005	15739
2006	16396
2007	15509

**Fonte:** DIREC 20, 2007

Através dos dados da tabela acima, conclui-se que o número de matrículas cresceu de forma bastante acentuada entre os anos de 2000 a 2006, em torno de 59,18%.

### 6.2.8 EVOLUÇÃO DOS TRIBUTOS DA PREFEITURA NO PERÍODO DE 2001 A 2006

De acordo dados coletados na Secretaria de Tributos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, percebe-se uma evolução significativa dos tributos colhidos pela mesma, especialmente o IPTU (Imposto Predial Territorial e Urbano) e ISS (Imposto Sobre Serviços).

**Tabela 09:** Arrecadação do IPTU e do ISS entre 2001 e 2007

Arrecadação do ISS entre 2001 e 2007	
ANO	VALOR
2001	R\$ 5.430.376,23
2002	R\$ 6.515.177,62
2003	R\$ 7.069.195,92
2004	R\$ 9.174.131,95
2005	R\$ 10.182.816,78
2006	R\$ 11.394.265,22
2007	R\$ 14.028.410,08

**Fonte:** Secretaria de Finanças da PMVC, 2007.

Conforme dados coletados, houve um aumento de 125% na arrecadação do IPTU nesse período e um incremento de 158% no ISS, evidenciando o crescimento da área de serviços como na área da construção civil.



## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo primordial mostrar que a partir do ano 2000, com a expansão dos cursos oferecidos pela UESB, concomitante ao surgimento das faculdades privadas (Juvêncio Terra Superior, Fainor e FTC), inauguração do módulo Anísio Teixeira da UFBA e do curso de Engenharia Elétrica pelo CEFET, Vitória da Conquista experimenta um novo ciclo econômico onde a interação entre os poderes público Municipal, Estadual, Federal e a iniciativa privada tornam-se visíveis, promovendo o desenvolvimento regional endógeno em Vitória da Conquista.

Neste cenário, o velho modelo de desenvolvimento de “cima para baixo” não atende de modo satisfatório à expansão da economia conquistense, pois houve uma estagnação em quase todos os setores econômicos na década de 90, principalmente o secundário, no qual o modelo de distrito industrial, implementado pelo Governo Federal, não obteve o êxito esperado nos quesitos geração de renda e emprego para a cidade. Sendo assim, Conquista vivencia um novo paradigma de desenvolvimento regional, de “baixo para cima”, cujos agentes locais, como a prefeitura, Governo do Estado e empresários se tornam protagonistas neste novo ciclo econômico, até porque conhecem as reais necessidades e anseios da população local, canalizando, de forma mais eficiente os recursos.

Observa-se que, a partir de 2000, houve uma convergência de vários fatores positivos que contribuíram para tal expansão, como por exemplo, a municipalização da saúde, o financiamento de estudos em instituições privadas através dos programas do governo Federal: PROUNI e do FIES, o empreendedorismo do setor de serviços e uma melhoria substancial na relação entre o poder público Municipal com as esferas Estaduais e Federais (devido ao alinhamento político).

Conforme dados coletados, todos esses fatores geraram externalidades positivas, em várias áreas, dentre a quais podemos destacar, no setor de serviços: transportes, entretenimento, rede hoteleira, alimentação, xérox, lan house, mercado imobiliário e área da construção civil, tornando-se um pólo de grandes investimentos. Este fato é de suma importância para a economia conquistense, pois o município retém o excedente econômico gerado e também atrai de outras regiões.

Outro aspecto importante refere-se ao desenvolvimento social, através de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela IES, visando estreitar laços com a comunidade na qual está inserida, como no incremento do capital humano gerado por esta expansão do ensino superior e na minimização de “fuga de cérebros”, a qual a cidade vivenciava há pouco tempo atrás, por falta de opções de cursos de nível superior.

Portanto, este novo ciclo, baseado no desenvolvimento endógeno, tendo a educação como pilar, sinaliza grandes impactos na economia local, gerando milhares de empregos e renda, devido aos efeitos multiplicadores.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno**. Encontro Nacional de Economia, 1995, Salvador: ANPEC, 1995.
- AMARAL NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais, oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMARAL FILHO, Jair do. "A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional". In: **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, 7 a 10dez. 1999, Belém/Pa. pag 1281 – 1300.
- ARAÚJO, Marcos Adriano Souza de. **A evolução do transporte urbano de Vitória da Conquista de 1996 a 2002: elementos para políticas públicas e inclusão social**. Vitória da Conquista: Universidade estadual do Sudoeste da Bahia. Monografia, 2004.
- BARROS JR, Flaucides. **Ensino Superior em Vitória da Conquista**. Curso de Economia: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Monografia, 2006.
- CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CRUZ, Rossine. **Experiências e potencialidades em arranjos produtivos locais na Bahia: assimetrias, precariedades e constrangimentos estruturais**. Ilhéus/ Itabuna: UEFS, 2006.
- FARAH JR, Moisés Francisco. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas?** Paraná: CEFET-PR. Monografia s/d.
- LONGUINHOS, Marcos Antônio Araújo. **Análise do programa de municipalização da saúde: o caso de Vitória da Conquista-Ba**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia de produção. Dissertação de Mestrado, 2002.
- LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.
- NORONHA, Eduardo G. e TURCHI, Lenita. **IPEA Política Industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília: S/ed. Março, 2005. PDF.

- PORTER.M.E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROCHA, Maria Rita Pereira Moura e. **Impactos na economia de Vitória da Conquista decorrentes da expansão dos serviços de ensino superior**. Vitória da Conquista: FTC. Monografia, 2004.
- ROSSETTI, José Paschoal (1941). **Política e programação econômicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco e SIMÕES, Rodrigo. **Arranjos produtivos locais informais: uma análise de componentes principais para a Nova Serrana e Ubá-Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. PDF.
- SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; SIMÕES, Rodrigo. **Arranjos produtivos locais informais: arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. PDF.
- SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2004.
- VASCONCELLOS, Eduardo. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. 3ed. São Paulo: Annablume, 2001.
- WANDERLEY, Lívio Andrade. Globalização, desenvolvimento regional e novos cenários da economia. In: SEPÚLVEDA, Osmar; PEDRÃO, Fernando (Orgs.) **Reflexões de economistas baianos 2005**. Salvador: CORECON, 2005.

### **Outras Referências:**

- Relatório de Pesquisa dos alunos de Turismo da FTC: Avaliação do Festival de Inverno Bahia, 2006.
- Palestra de Elias Dourado na Semana de Economia UESB 2006: Um olhar sobre a vida econômica de Conquista nos dias de hoje.
- Palestra de Antonio de Castro Queiroz Serra na Semana de Economia da UESB 2006: Perfil econômico da Bahia. Banco do Nordeste, 2002.

